

Comissão Central de Pós-  
Graduação  
CCPG



Ata  
408<sup>a</sup> Reunião  
Ordinária

13/09/2023

Sala do CONSU

1 **ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA (408ª) REUNIÃO DA COMISSÃO CENTRAL DE PÓS-**  
2 **GRADUAÇÃO.** Aos treze de setembro de dois mil e vinte e três, às nove horas, na Sala de Reuniões  
3 do Conselho Universitário (CONSU), na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito de Barão  
4 Geraldo, em Campinas, reuniu-se a Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG), sob a  
5 Presidência da Professora Doutora **RACHEL MENEGUELLO** e com o comparecimento dos  
6 seguintes Membros: Antonio Carlos Rodrigues Amorim (FE), Aurelio Ribeiro Leite de Oliveira  
7 (IMECC), Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ), Claudio Chrysostomo Werneck (IB), Elayne Rohem  
8 Peçanha (Representante Discente IQ), José Guilherme Cecatti (FCM), **Márcia Azevedo de Abreu**  
9 **(IEL)**, Marcelo Lancellotti (FCF), Marco Lucio Bittencourt (FEM), Marko Synesio Alves Monteiro (IG),  
10 Matheus Alves Albino (Representante Discente – IFCH), Mauro Cardoso Simões (FCA), Nashieli  
11 Cecilia Rangel Loera (IFCH), Orlando Luis Goulart Peres (IFGW), Renata Cristina Gasparino  
12 (FENF), Renato Barroso da Silva (FEF), Rosângela Ballini (IE), Savio Souza Venâncio Vianna  
13 (FEQ), Tiago Zenker Gireli (FECFAU) e Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP). Estiveram  
14 presentes o Prof. Adonhiran Bernard de Almeida Reis substituindo o Prof. Pedro Maciel Guimarães  
15 Júnior (IA), o Prof. David de Carvalho substituindo o Prof. Daniel Albieiro (FEAGRI) e o Prof. Sérgio  
16 Pflanze Junior substituindo a Profa. Liliana de Oliveira Rocha (FEA). Justificaram a ausência o Prof.  
17 Luiz Fernando Bittencourt (IC), Prof. Enelton Fagnani (FT), Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto  
18 (Representante Discente FEEC) e Sra. Yeda Endrigo Rabelo de Carvalho (Representante Discente  
19 IFCH). Estiveram presentes Profa. Nancy Garcia, Profa. Altair Del Bel Cury (CAPES), Prof. Oswaldo  
20 Amaral (CAPES), Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG), Prof. Elias Basile  
21 Tambourgi (Assessor PRPG), Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (Coordenador DAC), Sra. Cristina  
22 Ferreira de Souza (AT da PRPG), Sra. Silvana Milanin Mendes (Coordenadora de Serviços PRPG),  
23 Sra. Marli Padovan de Souza (Coordenadora de Serviços PRPG), Sra. Juliana Cristina Barandão  
24 (AT da CCPG) e Sra. Bárbara de Almeida (Estagiária CCPG). A **Sra. Presidente** cumprimentou a  
25 todos e informou as justificativas de ausência e substituições. Em seguida, informou que tinham três  
26 convidados, professores da universidade que atuavam na coordenação de área da CAPES, e  
27 agradeceu a presença da Profa. Nancy Garcia (Coordenadora de área da CAPES de Matemática),  
28 ex pró-reitora da PRPG, da Profa. Altair Del Bel Cury (Coordenadora de área da CAPES de  
29 Odontologia), ex-assessora da PRPG, e do Prof. Oswaldo Amaral (Coordenador de área da CAPES  
30 de Ciência Política e Relações Internacionais), seu colega de departamento do IFCH. Informou que  
31 todos eles estavam envolvidos em diferentes áreas da CAPES, e, por isso, tinham achado  
32 interessante convidá-los para falarem um pouco de como as áreas de humanidades, ciências da  
33 vida e exatas vinham tratando as questões referentes à CAPES, como avaliação, editais etc. Os  
34 coordenadores fariam uma breve exposição das áreas. Agradeceu novamente a presença dos

1 professores e passou a palavra para a Profa. Nancy. **A Profa. Nancy Garcia (Coordenadora**  
2 **CAPES – Matemática/Probabilidade e Estatística)** cumprimentou a todos e agradeceu à Profa.  
3 Rachel pelo convite, pois era bom estar de volta e ver a renovação da CCPG. Disse que os  
4 coordenadores da CAPES tinham vindo para tirar dúvidas. Relatou que era coordenadora da área  
5 de matemática, probabilidade e estatística, que tinha 60 programas e envolvia as áreas de  
6 matemática, que era teórica, e de probabilidade, estatística e matemática aplicada, que eram mais  
7 aplicadas. O processo de avaliação era uma grande preocupação dos coordenadores, e, embora  
8 achasse que todos estavam cientes de como tinha sido o período de avaliação anterior, faria um  
9 breve relato. O período de avaliação anterior, de 2017 a 2020, tinha sido bastante conturbado,  
10 exatamente porque a avaliação tinha sido paralisada em 2021, por ação do Ministério Público, que  
11 havia questionado a forma de avaliação. No final de 2021, tinha sido permitido que fosse feita a  
12 avaliação, mas não que os resultados fossem divulgados. Então, a avaliação tinha sido feita em  
13 2022. Na época das primeiras reuniões do CTC da avaliação, tinha sido permitido que se  
14 mandassem os resultados preliminares, e, por isso, os coordenadores tinham recebido um relatório  
15 preliminar. Além disso, no final de 2022 tinha sido feito um termo de autocomposição sobre a  
16 avaliação anterior e futura, e, com isso, tinha sido permitido que fossem divulgados os resultados  
17 oficiais da avaliação. Havia terminado um ciclo de coordenação e iniciado outro. Disse que tinha  
18 vivenciado o final do processo de avaliação, em janeiro de 2022, e, agora, os coordenadores tinham  
19 indicado o seu nome para aquele novo período. Em outubro e novembro teriam os seminários de  
20 meio termo, que eram a preparação para a avaliação do presente quadriênio, de 2021 a 2024. Os  
21 coordenadores teriam que se preparar para o próximo quadriênio, porque parte do termo de  
22 autocomposição dizia que aquela avaliação tinha que ser feita nos mesmos parâmetros da  
23 avaliação anterior. Não necessariamente com os mesmos procedimentos, mas com os mesmos  
24 parâmetros. Estavam discutindo como iriam fazer, e achava que a maioria das áreas iria se manter  
25 bem próxima da avaliação passada, que tinha sido bem conturbada. Por isso, teriam que fazer um  
26 novo estudo, visto que a avaliação passada tinha sido muito diferente da avaliação do quadriênio  
27 anterior. Aquela era uma oportunidade para discutirem a avaliação passada, aquele novo formato  
28 de avaliação, que tinha sido mais qualitativo do que quantitativo. Ao longo dos anos, de alguma  
29 forma, os programas e as coordenações tinham se acostumado aos seus índices quantitativos, mas,  
30 na avaliação anterior, tinha-se descoberto que estava sendo muito quantitativo, que não era  
31 exatamente a forma correta de fazer a avaliação. Então, por exemplo, contavam o número de  
32 Papers A1 e A2, dividiam pelos docentes, faziam índices e, com base neles, saía uma nota etc. Em  
33 sua visão, uma das coisas que sempre tinha sido comentada na CAPES era que a produção do  
34 docente pertencia ao docente. O produto da pós-graduação era o egresso, ou seja, o discente.

1 Então, contar a produção do discente era essencial para saberem a qualidade dos programas, que  
2 era medida pelos egressos. Aquela tinha sido uma coisa discutida durante muitos anos, e sempre  
3 se dizia que era muito difícil fazer a avaliação dos egressos. Na avaliação passada, aquilo tinha  
4 sido um ponto importante e bastante complicado, porque as pessoas realmente não estavam  
5 acostumadas a coletar informações dos egressos. Na parte de produção, o egresso no programa  
6 era de 5 anos, e tinham introduzido a noção dos destaques na avaliação. Questionou quem eram  
7 os egressos de destaque no quinquênio anterior, ou de 15 anos atrás. Nos últimos três quinquênios,  
8 que já tinha dado tempo de um egresso se estabelecer, questionou quais eram os destaques agora.  
9 Na produção intelectual, também tinham introduzido a ideia de que o que valia eram os destaques.  
10 Então, a maioria das coordenações de exatas tinham analisado os 4Ns destaques do quadriênio,  
11 ou seja, um artigo por docente, ao ano que ele tinha participado da pós-graduação. A produção  
12 podia ser super numerosa, mas tinham sido analisados, para todos os programas, os 4Ns de  
13 destaque em um dos itens. De novo, eram realmente os destaques do programa. Então, se um  
14 programa tinha 20 docentes, poderia indicar 20 produções mais qualificadas. Tinha sido necessário  
15 que os programas fizessem uma justificativa de seus destaques. Achava que aquelas eram  
16 novidades que ainda estavam sendo assimiladas pela comunidade, e era uma vantagem que  
17 usassem os mesmos parâmetros na avaliação seguinte, já que estavam em  $\frac{3}{4}$  do quadriênio.  
18 Informou que falaria sobre o colégio de exatas, que incluía as exatas, engenharias, a multidisciplinar  
19 e o ensino. Relatou que a área de exatas tinha uma parte interessante, que era a do impacto, na  
20 qual se pedia 10 destaques. Pelo menos na área de matemática, quase todos os 10 destaques  
21 tinham sido os mesmos 10 que estavam nos artigos. Informou que, agora, a avaliação tinha 3  
22 quesitos, o que era importante. Relatou que tinha ido à Belo Horizonte para conversar com a pró-  
23 reitora de pós-graduação de lá, a Profa. Isabela, que tinha sido coordenadora da área de  
24 odontologia. Há 10 anos, quando tinha sido coordenadora da área de matemática, a Profa. Isabela  
25 tinha dado uma explicação muito legal sobre os quesitos. O quesito 1 dizia respeito a quem eram  
26 os programas, pois falava sobre as linhas de pesquisa, áreas de concentração, estrutura curricular,  
27 autoavaliação, infraestrutura do programa etc. Então, o quesito 1 era sobre o que o programa se  
28 propunha a fazer, se as linhas de pesquisa eram coerentes com as áreas de concentração, se os  
29 projetos de pesquisa eram coerentes com as linhas de pesquisa, se estavam bem distribuídos, se  
30 uma área precisava ser fortalecida, se estava alinhado com o Plano de Desenvolvimento  
31 Institucional (PDI) etc. Além disso, o Item 1 incluía uma parte de autoavaliação, que era importante  
32 para fazerem uma autoavaliação da avaliação. Neste sentido, deveriam olhar para os pontos fortes  
33 e fracos da avaliação naqueles moldes, quais eram as oportunidades e ameaças que tinham dentro  
34 da avaliação etc. O segundo quesito se chamava “formação”, e, apesar de a produção estar

1 inserida, ele tinha relação com a formação dos discentes e com os egressos. Então, o segundo  
2 quesito dizia respeito a como o programa estava contribuindo para a formação dos discentes, que  
3 depois se tornariam egressos, e, de alguma forma, como o programa continuaria apoiando os seus  
4 egressos. A terceira parte era sobre o impacto do programa na sociedade, que tinha falado nos  
5 destaques. A ideia era saberem qual era o destaque do programa para a sociedade. As fichas de  
6 avaliação falavam sobre graduação, ensino médio, assistência e impactos na sociedade, como a  
7 organização de congressos, extensão etc. Era diferente de antes, em que não precisavam se  
8 preocupar em coletar informações dos outros, o que não era verdade. Disse que comentaria sobre  
9 o papel da avaliação como indutora de ações, porque parte do que estavam vendo na avaliação era  
10 uma questão de indução. Então, o programa seria recompensado na avaliação, de alguma forma,  
11 se tivesse solidariedade com programas em regiões carentes, por exemplo. Aquele era um papel  
12 dos programas de excelência, sendo que a Unicamp tinha os melhores números de programas de  
13 excelência. Como tinha falado, o termo de composição exigia que aquela avaliação fosse feita nos  
14 mesmos parâmetros da anterior, e que aquelas coordenações atuais fizessem os parâmetros para  
15 a avaliação futura. A ficha de avaliação para o quadriênio seguinte, de 2025 a 2029, seria preparado  
16 durante aquelas coordenações. Era importante que discutissem aquilo enquanto comunidade. Na  
17 pró-reitoria, tinha aprendido a participar dos planejamentos, pois, quando paravam para pensar  
18 sobre planejamento estratégico, fosse da universidade, do programa ou da pós-graduação,  
19 conseguiam progredir e melhorar. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu à Profa. Nancy e  
20 passou a palavra para a Profa. Altair. A **Profa. Altair Del Bel Cury (Coordenadora CAPES –**  
21 **Odontologia)** cumprimentou a todos e agradeceu à Profa. Rachel pelo convite, pois era uma grande  
22 alegria voltar para a CCPG. Parabenizou a Profa. Nancy por sua fala sobre a avaliação. Disse que,  
23 na CAPES, era coordenadora adjunta da área de Odontologia. Vinha acompanhando todas as  
24 discussões do colégio, porque era lá que eram discutidas as políticas e fichas de avaliação, que  
25 eram levadas para o CTC para novas discussões, e, depois, decididas. Em relação às áreas de  
26 Ciências da Vida, a ficha de avaliação de todas as áreas já tinha sido revista, e, de forma geral, não  
27 haveria mudanças. O que vinha sendo discutido era que, dentro de um mesmo item, poderia ser  
28 modificada alguma coisa desde que não mudasse totalmente a maneira como tinha sido feita a  
29 avaliação de 2020. Dentro da área de Ciências da Vida, aquelas mudanças não tinham ocorrido,  
30 mas havia aparecido perguntas sobre como fazer. Um dos aspectos que vinha sendo bem discutido  
31 nas Ciências da Vida era a questão da autoavaliação, que a Profa. Nancy havia falado no final e  
32 que, na avaliação passada, desde que os programas mostrassem que tinham algum tipo de política  
33 de autoavaliação, tinha sido considerado. Agora, teriam o seminário de meio termo, em que iriam  
34 discutir bastante aquela questão com a comunidade, no sentido de que precisariam apresentar

1 como estava sendo feita a autoavaliação, como ela tinha sido induzida, quem participava e quais  
2 eram os resultados previstos. A outra questão era se o Qualis seria modificado. No CTC anterior,  
3 tinha sido decidido que o Qualis seria atualizado, mas seria mantido pelo QR1 e QR2, que tinha  
4 sido o Qualis anterior. Era bastante importante para todos a participação no Seminário de Meio  
5 Termo, porque, além de discutirem a ficha de avaliação de 2025, seria possível tirar todas as  
6 dúvidas e entender como as comissões pretendiam avaliar os programas. Como a avaliação era  
7 indutora, o programa entendia melhor como deveria apresentar seus destaques. No caso das  
8 Ciências da Vida, tinha havido a necessidade de justificar os destaques, em relação à escolha por  
9 determinado artigo e discente. Depois que a avaliação tinha terminado, havia-se observado, nas  
10 discussões do colégio da vida, que nem todos os programas tinham tido um entendimento claro do  
11 que deveria ser escrito para justificar os destaques, quer fossem os de publicações ou enquanto  
12 pessoas na sociedade. Estava à disposição para uma discussão mais frutífera. Agradeceu. A **Sra.**  
13 **Presidente** agradeceu à Profa. Altair e passou a palavra para o Prof. Oswaldo. O **Prof. Oswaldo**  
14 **Amaral (Coordenador CAPES – Ciências Políticas e Relações Internacionais)** cumprimentou a  
15 todos e agradeceu à Profa. Rachel pelo convite. Retomou a fala da Profa. Altair sobre a questão da  
16 autoavaliação e das justificativas e disse que era muito comum que os programas, especialmente  
17 os de excelência, não se preocupassem com a autoavaliação, ou seja, com discutir os problemas.  
18 No entanto, o peso da autoavaliação era cada vez maior na ficha, o que deveria permanecer para  
19 o próximo quadriênio, no período de 2025 a 2028. Então, era importante que os programas tivessem  
20 uma metodologia para fazer aquilo. Outro ponto que gostaria de ressaltar eram as justificativas. No  
21 caso da ciência política, tinham tido, especificamente, programas que tinham deixado de subir de  
22 nota 6 para 7 porque não tinham feito as justificativas adequadas nos seus destaques. A justificativa  
23 era, por exemplo, que o artigo era incrível porque tinha sido publicado na *American Political Science*,  
24 o que não era uma justificativa. A justificativa tinha que estar vinculada com a missão do programa,  
25 linhas de pesquisa, vocação, além de estar relacionada com a contribuição do trabalho para os  
26 egressos, para aqueles que trabalhavam em laboratórios, para os grupos de pesquisa e o que trazia  
27 de benefício para os alunos, teses e dissertações. Disse que falaria um pouco sobre a CAPES, pois  
28 a situação não era boa, embora tivesse perspectiva de melhora. A CAPES havia perdido muitos  
29 funcionários na gestão anterior. Muitos funcionários tinham pedido para sair da CAPES e ir para  
30 outras áreas administrativas, porque tinha ocorrido, de fato, uma tentativa deliberada de esvaziar a  
31 CAPES tecnicamente. A CAPES tinha, por exemplo, poucas pessoas em TI, o que era muito  
32 complicado, porque lidavam com uma massa de dados muito grande. Também tinha poucos  
33 técnicos para fazer a gestão do processo de avaliação, que envolvia muitos programas, alunos e  
34 docentes. Não era uma coisa fácil. Os técnicos que estavam ali eram super bem qualificados, pois,

1 pelo menos na diretoria de avaliação, todos tinham doutorado; mas, de fato, havia uma limitação.  
2 Outras diretorias, como as de internacionalização, tinham ainda menos gente. Por isso, toda aquela  
3 questão do que iria substituir o Print, por exemplo, era um problema. A Diretoria de Programas e  
4 Bolsas também tinha um problema de pessoal. Disse que tinha ocorrido o lançamento do edital  
5 PAEP, e, por isso, havia chegado um número muito grande de pedidos, vindos de uma demanda  
6 reprimida da pandemia e da falta de recursos. Relatou que a Diretoria de Programas e Bolsas não  
7 tinha como fazer o processo de avaliação de maneira normal, ou seja, um processo interno que  
8 utilizava os consultores ad hoc. Por isso, eles tinham solicitado que os coordenadores de área  
9 fizessem aquilo, com a justificativa de que estavam aproximando as áreas. Na prática, eles tinham  
10 passado a responsabilidade para os coordenadores, porque não tinham como fazer. Disse que os  
11 coordenadores tinham tido um espaço de oito a nove dias para fazer aquele trabalho, com regras  
12 muito específicas que tinham vindo da Procuradoria da CAPES, o que também tinha sido um  
13 problema. Os coordenadores nem tinham sido permitidos de fazer do jeito que quisessem, pois  
14 tinham tido que seguir uma determinada lógica estabelecida pela procuradoria. Não entraria em  
15 detalhes, mas aquele relato era somente para dizer que a situação tinha alguns entraves. Um ponto  
16 positivo que tinham implementado atualmente, e que lhe permitia estar ali, era que todas as reuniões  
17 do CPC estavam sendo feitas de maneira ampliada, o que significava que não somente os membros  
18 do conselho técnico-científicos estariam presentes, mas também todos os coordenadores de área.  
19 Antes eram 49, agora eram 40. Tinha-se criado mais uma área, que trabalhava com os profissionais  
20 de educação. Eram 50 coordenadores que passavam uma semana em Brasília. Não tinham direito  
21 a voto, mas tinham direito à voz, o que permitia uma maior circulação. Achava que aquele era um  
22 ponto bastante positivo na nova direção de avaliação, que permitia que os coordenadores  
23 soubessem um pouco mais do que estava acontecendo. Como os colegas tinham falado, havia o  
24 termo de autocomposição, que impedia qualquer mudança substantiva na avaliação, ou seja, em  
25 tudo aquilo que estivesse publicado no relatório anterior da área. Disse que a ficha de avaliação  
26 tinha um lado esquerdo, que era genérico e comum a todas as 50 áreas, com os três quesitos que  
27 a Profa. Nancy havia mencionado: programa, formação e impacto. No lado direito, havia uma  
28 discricionariedade das áreas, ou seja, as áreas eram livres para estabelecer os seus subitens e seus  
29 respectivos pesos. Reforçou que, se aquilo tivesse sido publicado no relatório quadrienal, não  
30 poderia ser mexido, a não ser por duas hipóteses: que o indicador não servisse, ou seja, que ele  
31 não distinguisse nenhum programa, ou no caso de inserção de alguma informação que não  
32 prejudicasse nenhum programa. Tecnicamente, podiam mudar a ficha, mas a CAPES não queria  
33 que fizessem aquilo, porque mudar a ficha significava ter duas avaliações acontecendo  
34 paralelamente. As áreas poderiam resolver mudar alguma coisa na ficha no Seminário do Meio

1 Termo, mas do dia 02 de outubro para frente seria uma forma de avaliação e do dia 01 de outubro  
2 para trás outra, com a regra antiga. O princípio da anterioridade tinha que ser mantido. Sobre a  
3 ficha, era possível que algumas áreas tivessem supressões de itens, no sentido de simplificar.  
4 Muitas áreas, como a sua, por exemplo, tinham uma quantidade imensa de anexos, e, por isso,  
5 tinham que pedir uma série de anexos para os coordenadores de programas. Alguns deles não  
6 tinham funcionado, e, por conta disso, a ideia era que pedissem a supressão para o Ministério  
7 Público. O diretor de avaliação da CAPES teria que reunir tudo aquilo, conversar com o Ministério  
8 Público e pedir a supressão, e eles decidiriam se poderia ou não. Disse aos coordenadores de  
9 programa que trabalhassem com a ficha que estava ali, porque era muito pouco provável que  
10 qualquer mudança substantiva acontecesse. Caso algum programa ali não tivesse implementado  
11 mudanças que já eram recomendações da CAPES, como ação afirmativa, acessibilidade, licença-  
12 parental e licença-maternidade, era urgente discutir. Tudo aquilo já estava constando nas propostas  
13 de APCN, de cursos novos. Aquilo tinha sido uma decisão vinda de uma indicação da presidência  
14 da CAPES, além de uma deliberação do CTC. Algumas áreas já pontuavam aqueles dois quesitos,  
15 e, então, se o programa não tivesse aquilo, não ganharia “muito bom” na ficha. Algumas áreas  
16 apenas indicavam e muitas não tinham nada, como a sua, por exemplo. No entanto, iriam inserir  
17 aquilo no meio termo, e não alteraria o TAC, porque não era algo que iria prejudicar especificamente  
18 um programa. Aquela era uma discussão importante. Era nem provável que todos os programas  
19 tivessem que inserir, pelo menos, que estavam discutindo a questão, ou não seriam bem pontuados  
20 na avaliação. Todas aquelas mudanças teriam que constar, provavelmente, no ponto 1 das fichas,  
21 quando os programas fossem descrever quem eram o que faziam. Informou que o Qualis seria  
22 mantido, e era importante lembrar que aquele Qualis era o do passado. Então, iriam usá-lo no  
23 Seminário de Meio Termo, porque não tinham como refazer o Qualis até lá. No entanto, o que  
24 importava era o final, que seria feito somente quando fossem fazer a avaliação, em que teriam uma  
25 dimensão de quais revistas estavam bem avaliadas e quais não tão bem avaliadas. Aquele ano  
26 tinha sido dois em um: tinham julgado mais de 1000 propostas de cursos novos, que estavam  
27 represados desde 2019. Ainda não tinham feito as discussões mais substantivas, que era o que  
28 deveriam fazer, de fato. Uma delas era sobre como avaliar periódicos. A avaliação qualitativa dos  
29 textos seria inescapável, pois a dinâmica editorial tinha mudado completamente, o que iria  
30 desagradar muita gente. Todos os coordenadores de programas recebiam e-mails do *Campinas*  
31 *International Journal Development* todos os dias, e, como eles caprichavam nas autocitações,  
32 recebiam o fator de impacto 8, 10 ou 12, mas eram jornais absolutamente predatórios. Por  
33 enquanto, estavam trabalhando naquilo manualmente, mas aquilo ficaria inviável em médio prazo,  
34 pois eles estavam se proliferando. Alertou os coordenadores de que o Seminário de Meio Termo



1 teria dois momentos. O primeiro dia seria para a discussão dos resultados e eventuais pequenas  
2 mudanças na ficha atual, enquanto o segundo dia seria para o início da discussão sobre a nova  
3 ficha de avaliação, que valeria a partir de 2025. Para que a ficha valesse a partir de 2025, ela  
4 precisaria estar aprovada em março de 2025. Por isso, tinham que encaminhar as propostas em  
5 setembro, provavelmente, para que desse tempo de tramitar por 1 ano. As áreas tinham, mais ou  
6 menos, um ano para discutir o que queriam para as suas novas fichas, e todas elas aproveitariam  
7 o Seminário de Meio Termo para começar a discussão. Disse que iria falar de quatro ferramentas.  
8 A ideia era que os dados que seriam objetos de avaliação do Seminário de Meio Termo e,  
9 posteriormente, da quadrienal, estivessem organizados na ferramenta Sucupira. Reforçou que não  
10 seria mais a Sucupira, mas a Sucupira Beta, que já estava disponível, era pública e, de fato, muito  
11 mais inteligente. Ainda estavam faltando algumas coisas ali, pois a Sucupira Beta ainda não  
12 conseguia, por exemplo, estratificar a produção pelas classificações dos periódicos, mas  
13 conseguiria fazer aquilo em algum momento. Também havia alguns erros de nota, como programas  
14 que apareciam com nota seis, mas, na verdade, já eram nota sete. No entanto, a Sucupira Beta era  
15 uma ferramenta interessante, porque permitia comparar com outros programas. A avaliação tinha  
16 uma medida objetiva, especialmente no quesito 1 da ficha, mas os quesitos 2 e 3 eram  
17 majoritariamente comparativos. Caso quisessem ter uma medida de como estavam os outros  
18 programas quantitativamente, a Sucupira Beta ajudava muito. Reforçou que tinham Sucupira,  
19 Sucupira Beta e SIAPG (Sistema de Indicadores Aplicados a Pós-graduação), que era outro sistema  
20 que ajudava a comparar as áreas. Não sabia quais das áreas utilizavam SciVal, que era uma  
21 ferramenta disponibilizada pela Unicamp, sendo preciso somente entrar direto pelo login da  
22 Unicamp. Ela era muito útil, porque ponderava os fatores de impacto pelo tamanho das  
23 comunidades. A **Profa. Altair Del Bel Cury (Coordenadora CAPES – Odontologia)** disse que,  
24 para poderem utilizar o SciVal adequadamente, os coordenadores precisavam pedir para que todos  
25 os seus docentes atualizassem o sistema. Inclusive, quem tinha mais de um id dentro do SciVal  
26 precisava fazer a junção, a fim de que não houvesse problemas. Sobre a questão dos erros nas  
27 notas dos programas, era porque os recursos ainda não tinham sido julgados no Conselho Superior.  
28 Por isso, eles não podiam colocar as notas dos programas que estavam em recurso, mas iriam  
29 consultar a procuradoria sobre a possibilidade de colocar aquelas que já eram definitivas. O **Prof.**  
30 **Oswaldo Amaral (Coordenador CAPES – Ciências Políticas e Relações Internacionais)** disse  
31 que o que a Profa. Altair tinha dito era muito importante, porque, agora, a ideia era que o sistema  
32 ficasse integrado com o GoPG, que tinha sido lançado recentemente pela CAPES. Então, era  
33 fundamental que tudo fosse atualizado, pois todas as funções viriam dali. A ideia era que, no futuro,  
34 os coordenadores apenas clicassem e chancelassem os dados. Não seria mais preciso inserir os

1 dados, como atualmente. Aquela era a promessa da CAPES para a próxima avaliação. O outro era  
2 o registro do Scopus. Nas Humanidades, usavam menos, mas era importante para quem iria usar  
3 o SciVal, pois era por ali que eles pegavam todas as informações dos autores. Agradeceu e disse  
4 que ficaria à disposição para tirar dúvidas. A **Sra. Presidente** agradeceu e disse que os professores  
5 tinham dado uma boa ideia do que estava sendo a avaliação, ou seja, do que ficaria como herança  
6 do período passado e das perspectivas futuras. As ideias eram boas, mas, como tinha sido dito, a  
7 situação da CAPES não era boa para dar conta de tudo. Por isso, uma das suas perguntas era a  
8 questão do GoPG, pois, apesar de ter sido lançado, o Prof. Oswaldo tinha dito que eles tinham  
9 pouquíssima gente para dar conta de tudo. Questionou qual era a perspectiva de as instituições se  
10 envolverem naquele esforço de articulação, além de quando iria acontecer. O Prof. Oswaldo tinha  
11 acabado de falar que a perspectiva da CAPES era que a próxima avaliação fosse ideal. Dali a 4  
12 anos, não conseguia visualizar se aquilo seria possível, porque tudo demorava muito na CAPES.  
13 Então, queria ter uma ideia do quanto aquelas mudanças, que eram muito positivas para a CAPES,  
14 estavam apresentando, de fato, perspectivas de médio prazo, pois sabiam que não seriam de curto  
15 prazo. Uma outra questão que preocupava muito as coordenações da Unicamp e a própria PRPG  
16 era o que iria acontecer com a internacionalização da CAPES, pois sabiam que o Print tinha seus  
17 dias contados, mas não sabiam se eles estavam contados mesmo ou se seriam postergados. Nunca  
18 sabiam qual seria o plano, de fato, de substituição para aquele programa. Por isso, não sabiam  
19 muito bem o que fariam com a internacionalização da universidade. Questionou se haveria outros  
20 editais, por exemplo, e se seria um grande edital, que envolveria muitos anos e instituições, como  
21 tinha sido o caso do Print. Fora isso, perguntou como os professores viam a CAPES atualmente.  
22 Talvez a Profa. Altair e a Profa. Nancy tivessem uma visão melhor do que o Prof. Oswaldo, porque  
23 elas já estavam acompanhando a evolução da CAPES há muito tempo. Disse que ficava muito mais  
24 tranquila vendo a CAPES atualmente, mas queria saber o que aquilo significava em termos objetivos  
25 para as instituições e programas. Talvez fosse interessante fazer um desdobramento, já que tinham  
26 o privilégio de estarem trabalhando na CAPES. Disse que estava aberto para eventuais perguntas  
27 e questões. A **Profa. Altair Del Bel Cury (Coordenadora CAPES – Odontologia)** disse que tinham  
28 tido uma reunião na área de odontologia, e a questão da avaliação tinha estado presente. Estava  
29 previsto um aumento no valor das bolsas no exterior, que não estava contabilizado dentro daquele  
30 montante financeiro. Então, a questão financeira da CAPES os tinha deixado muito preocupados.  
31 O diretor de relações internacionais tinha feito uma apresentação, na qual tinha dito tudo o que  
32 poderia ser feito. Inclusive, ele não tinha nenhum projeto pronto, porque não havia dinheiro.  
33 Algumas universidades ainda tinham dinheiro do Print e utilizariam aquele financiamento, mas não  
34 havia dinheiro novo. Passou a palavra para a Profa. Nancy e Prof. Oswaldo. A **Profa. Nancy Garcia**

1 **(Coordenadora CAPES – matemática)** disse que, como um todo, a CAPES tinha tido um período  
2 de desastre, como o Prof. Oswaldo tinha dito. A nova Diretoria de Relações Internacionais, que  
3 tinha entrado agora, ainda estava colocando a casa em ordem, pois tinham tido menos de um ano  
4 para recuperar parte do que tinha sido devastado. O pessoal da CAPES era muito eficiente e estava  
5 fazendo mais do que precisava. Exemplificou que, durante a avaliação, os coordenadores  
6 mandavam mensagem no sábado à noite e eles já respondiam, porque estavam em um período de  
7 pressa. Por isso, achava que as coisas iriam sair, apesar de levarem algum tempo. Aquele ano tinha  
8 sido complicado, com muitas demandas. Os APCNs estavam entrando em período de  
9 reconsideração, e, por isso, estariam trabalhando com eles até dezembro. Disse que tinha havido  
10 os PAEPs e, agora, o PRAPG, que era um edital para os programas 3. Informou que teriam 15 dias  
11 para fazer. Disse que, no dia anterior, tinha estado reunida com a equipe e que teriam 15 dias para  
12 fazer aquela análise exatamente porque eles estavam tentando recuperar muitas coisas. Havia  
13 algum tempo que tinham preocupação com os programas que eram 3, pois eles precisavam de um  
14 incentivo. Tinha sido aberto um novo edital, com contemplação de 100 programas. Achava que as  
15 coisas iriam funcionar, mas teriam que recuperar o tempo perdido. Disse que, na reunião com o  
16 Rui, que era o Diretor de Relações Internacionais, ele tinha comentado sobre a possibilidade de um  
17 novo Print quando houvesse dinheiro. No entanto, achava que havia sinais positivos, como o  
18 aumento das bolsas e as ações afirmativas na avaliação. O **Prof. Oswaldo Amaral (Coordenador**  
19 **CAPES – Ciências Políticas e Relações Internacionais)** retomou a fala da Profa. Rachel e disse  
20 que achava importante fazerem aquele esforço, se as grandes instituições abraçassem a GoPG,  
21 todas as outras Universidades teriam que abraçá-la também, porque aquilo facilitaria muito a vida  
22 dos coordenadores e todo o processo avaliativo. Com relação à internacionalização, achava que as  
23 colegas já tinham colocado perfeitamente. A partir de falas da Profa. Mercedes e do Paulo, que era  
24 o diretor de avaliação, tinha tido a impressão de que a era de abertura indiscriminada de cursos de  
25 pós-graduação tinha acabado. O sistema estava chegando no limite, e, agora, haveria demanda  
26 induzida. A partir da conversa, tinham imaginado que poderiam ser abertos dois programas de  
27 mestrado de livre demanda em cada área e uma demanda induzida para determinadas áreas, que  
28 poderiam abrir 10 ou 15 programas. Além disso, os APCNs seriam de 2 em 2 anos, não mais  
29 anualmente, conforme a Profa. Mercedes tinha falado aquilo na última reunião do CTC. A própria  
30 lógica de avaliação dos APCNs tinha mudado, pois ela estava mais restritiva por parte do CTC, ou  
31 seja, eles estavam mais duros na avaliação. Aquilo mostrava que havia uma percepção de que o  
32 sistema estava chegando perto do que dava conta de ser, em tamanho. A **Sra. Presidente**  
33 perguntou o que significava “estavam mais duros”. O **Prof. Oswaldo Amaral (Coordenador**  
34 **CAPES – Ciências Políticas e Relações Internacionais)** disse que tinha havido uma mudança,

1 que achava que tinha a ver com o fato de que ainda não havia orçamento para o ano seguinte.  
2 Antes, votavam separadamente os que tinham tido seus APCNs negados, e aprovavam em bloco.  
3 Não revisavam ficha por ficha, mas em bloco. Agora era ao contrário: quando chegava no CTC,  
4 todo APCN aprovado pela área e pelo colégio era discutido individualmente. Obviamente, aquilo  
5 fazia com que o escrutínio e a quantidade de recusas aumentassem. Achava que aquela inversão  
6 da forma estava respondendo a uma demanda da própria presidência, de não saber o valor do  
7 orçamento. Então, não adiantava abrirem, por exemplo, cursos de pós-graduação que não poderiam  
8 financiar. Achava que haveria uma discussão muito forte sobre os profissionais, pois a CAPES não  
9 sabia o que fazer com os doutorados profissionais. Ela precisaria discutir o que queria com aqueles  
10 programas, que era algo que provavelmente aconteceria no futuro. Havia um problema na CAPES  
11 do qual todos estavam cientes, mas ninguém tinha tido tempo de discutir profundamente. Tinha  
12 relação com os periódicos, que era a baixa a capacidade de inovação da ciência brasileira, no geral,  
13 comparando com outros países do mundo. A CAPES achava que tinha a ver com o próprio  
14 engessamento que ela mesma produzia, pois premiava-se muito pouco o risco. Haveria uma  
15 mudança naquele sentido. Além disso, a burocracia da CAPES era imensa, ou seja, a própria  
16 estrutura de premiação da comunidade científica brasileira privilegiava mais a replicação do que a  
17 inovação. Achava que aquilo deveria entrar na pauta nos anos seguintes, depois que terminassem  
18 os APCNs. A **Profa. Nancy Garcia (Coordenadora CAPES – matemática)** complementou que, na  
19 visita que o Prof. Ruy, que era dentista, tinha feito à área de odontologia, ele tinha dito que os  
20 programas de pós-doutorado no exterior seriam reativados agora. A questão também envolvia  
21 professor visitante, apoio à eventos no exterior, incrementar a colaboração sul-sul, entre países  
22 africanos e asiáticos, além de reativar o programa PEC-PG. Aquelas tinham sido algumas boas  
23 notícias, que seriam imediatas. A **Sra. Presidente** informou que a palavra estava aberta para  
24 dúvidas. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** cumprimentou a todos e  
25 agradeceu a fala dos professores, que tinham dado um mapa muito bom do que estava  
26 acontecendo. Tinha sido coordenadora do programa de 2017-2019, e, por isso, tinha pegado um  
27 momento complicado. Depois, tinha sido consultora do PDT, da quadrienal da área de antropologia  
28 e arqueologia. Havia uma dificuldade em relação às temporalidades da CAPES. Informou que era  
29 coordenadora do projeto PRINT junto com o Prof. Oswaldo e disse que os técnicos realmente eram  
30 muito bons, mas os coordenadores tinham que lidar com prazos muito curtos para tudo. Ao mesmo  
31 tempo, quando precisavam de uma resposta rápida, nem sempre ela vinha. Gostaria de saber se  
32 aquilo tinha perspectiva de melhora. Relatou que, na quadrienal, tinha feito 760 pareceres de PTT  
33 em um período de tempo que não dava para trabalhar com qualidade, mas tinham feito o melhor  
34 que puderam. Era um trabalho voluntário, porque o incentivo financeiro da CAPES era pouco. Tinha

1   aprendido muito, mas achava que todas as escalas de tempo da CAPES eram muito ruins para dar  
2   conta das demandas. A outra questão era que, pelo que se lembrava, no período de avaliação  
3   anterior, o termo da vez era “aderência”. O termo “aderência” aparecia como uma novidade, em que  
4   deveriam levar em consideração, na ficha, por exemplo, as linhas de pesquisa, áreas dentro do  
5   programa etc. Tinham que justificar aderência para todos os produtos. Sobre a questão dos  
6   destaques, que o Prof. Oswaldo havia comentado, também tinham que justificar. Não era somente  
7   falar que era muito bom e de qualidade. Gostaria de saber o quanto aquela questão iria contar,  
8   porque já tinha sido naturalizada, também, durante a avaliação. Sobre a internacionalização,  
9   ninguém tinha clareza sobre o que iria acontecer. Achava que o modelo escolhido pela Unicamp  
10  para gestão do PRINT não tinha sido bom, e não sabia se tinham a possibilidade de participação.  
11  Gostaria de saber se poderiam fazer alguma discussão interna na Unicamp para pensar, também,  
12  em modelos de internacionalização. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna (FEQ)**  
13  cumprimentou a todos e agradeceu aos professores pela apresentação. Tinha duas dúvidas. A  
14  primeira delas era mais direcionada à Profa. Nancy, a respeito dos Ns 1, 2, 3 e 4, que o Prof.  
15  Oswaldo tinha dito que tinham que explicar o porquê de estarem destacando. A pesquisa científica  
16  e as inovações que gerariam impacto levavam tempo, geralmente um intervalo de quatro anos. Às  
17  vezes, em quatro anos, as pessoas ainda estavam digerindo aquilo e talvez, no futuro, houvesse  
18  uma série de citações. O impacto do jornal não dizia absolutamente nada, principalmente na  
19  engenharia química, em que tinham três núcleos: matemática, física e biologia. O pessoal que  
20  estava trabalhando na biologia, normalmente, tinha um fator de impacto muito maior, pois tinham  
21  mais gente trabalhando. Relatou que ficavam com aquela dificuldade no momento de indicar o N.  
22  Por isso, sua primeira pergunta era se a CAPES via aquilo ou se ficava contaminada por fator de  
23  impacto ou citação. Entendia que era muito difícil para quem estava do outro lado, em relação a ler  
24  vários artigos e entender qual era o impacto. A outra coisa que lhe causava muito desconforto no  
25  Brasil era a questão de pós-doutorado, porque utilizavam aquilo erroneamente. Exemplificou que  
26  quando um professor com cinco anos de atuação – podendo ser até mesmo um professor titular -  
27  saía e voltava (visto como professor visitante pela instituição), era visto como pós-doutorado pela  
28  CAPES. Aquilo era um absurdo. Mais absurdo ainda era o colega que ia, voltava e falava que tinha  
29  de 4 a 6 pós-doutorados. Ele usava o pós-doutorado como se fosse um título, enquanto aquilo era  
30  um estágio pós-doutorado que, via de regra, ocorria imediatamente após o doutorado. Levava de 2  
31  a 3 anos até a pessoa se alocar na Academia. Até onde sabia, a FAPESP tinha mudado a  
32  terminologia. Aquela questão também deveria passar por uma transformação de mentalidade de  
33  todos, porque encontravam colegas dizendo que tinham 3 pós-doutorados. Em sua opinião, via  
34  aquilo de forma negativa. Na realidade, ele tinha tido três períodos como visitante. Não sabia qual

1 era a dificuldade de mudar somente aquela terminologia. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart**  
2 **Peres (IFGW)** cumprimentou a todos e disse que tinha estado no lançamento do GoPG, e já havia  
3 de 3 a 4 instituições. Perguntou se aquela versão seria usada, porque tinha entendido que para o  
4 GoPG tinha que ter um acordo de cada instituição para entrar. Questionou como estava sendo  
5 aquele processo e como fariam para alimentar aquilo, tendo em vista uma comunicação entre o  
6 sistema da Unicamp e aquele sistema. Era uma coisa que levaria tempo, além de que cada pós-  
7 graduação estava em um estágio bem diferente. A segunda pergunta era em relação à questão do  
8 *open acess*. Perguntou se seria valorizado ou não. Na Física, vinham tratando caso a caso. Disse  
9 que conhecia colegas pesquisadores na Colômbia, e, lá, a universidade, como um todo, tinha uma  
10 assinatura. Na Unicamp, parecia que estava sendo avaliado caso a caso, sendo que,  
11 individualmente, ficava bem caro. Sobre a questão dos pós-doutorados, havia um problema de que,  
12 nas federais, os professores não podiam sair como professores visitantes, tinham que ser pós-  
13 doutorado. Havia dois casos, em seu Instituto, de professores que estavam lá há bastante tempo e  
14 eram pós-doutorados. Na FAPESP, eles não tinham autorização para sair. A **Sra. Presidente**  
15 esclareceu que o reitor tinha estado no lançamento da GoPG e iriam aderir. Então, teriam tratativas  
16 para aquilo. O conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)** cumprimentou a todos e  
17 agradeceu aos professores pela apresentação. Disse que uma coisa chocante, de certa forma, era  
18 a diferença de tratamento da pós-graduação no exterior e no Brasil. Lá fora, a pós-graduação,  
19 principalmente o doutorado, era parte da formação. No Brasil, o importante era a mão de obra para  
20 produzir artigo, e, por isso, valia a questão do impacto e do tempo. Tinha a impressão de que, por  
21 mais indutora que fosse a avaliação, aqueles fatores ainda eram usados para julgar, e, se não  
22 mudassem aquilo, nada mudaria. Relatou que havia um problema muito sério em sua unidade, que  
23 era o fato de que todo pedido de novo docente era baseado em carga horária. Em sua opinião, era  
24 triste pensar na carga horária da unidade, mas todos ficavam apegados àquilo. Toda vez que  
25 tentavam fazer uma reforma curricular, cada departamento ficava apegado à sua carga horária. Por  
26 isso, na verdade, faziam o remanejamento de conteúdo dentro da mesma estrutura, e não uma  
27 reforma curricular. Então, em relação à avaliação da CAPES, não que fosse um problema a ser  
28 resolvido por aquela administração e não querendo culpar ninguém, mas, na realidade, um dos  
29 cursos do IB tinha sido bem avaliado no impacto social porque a revista era fantástica. O impacto  
30 das publicações tinha segurado o curso na nota em que estava, mas aquilo não era impacto na  
31 sociedade. O fato de um trabalho ser de alto impacto não significava que ele realmente tinha retorno  
32 para a sociedade. Ressaltou que era cobrado que arriscassem nos projetos e que fossem  
33 audaciosos, mas, se estivessem sempre pressionados, não teriam como fazer aquilo. E,  
34 novamente, questionou como iriam confiar em uma mão de obra tão flutuante como à da pós-

1 graduação. Havia épocas em que o laboratório ficava cheio, e, em outras, não. Além disso, no Brasil,  
2 a bolsa de pós-graduação, o pós-doutorado, servia para aguardar concurso. No exterior, pelo menos  
3 no lugar onde tinha feito, era um contrato que o aluno assinava por tempo. Pensando em posição e  
4 universidade, qualquer coisa que o aluno procurasse após aquilo tinha que ser o pós-doutorado, a  
5 ser terminado com sucesso. Então, por mais indutora que fosse, se a CAPES não conseguisse  
6 direcionar e ser mais pontual, iriam continuar do jeito que estavam. De certa forma, a pandemia  
7 tinha demonstrado que tinham capacidade de fazer trabalhos de alto impacto e de retorno imediato  
8 ou quase imediato para a sociedade, o que tinha acontecido. Achava que aquelas coisas tinham  
9 que permear a universidade e serem muito bem discutidas, mas todos tinham que saber que aquilo  
10 seria cobrado de verdade. Por isso, vinha tentando dizer para os coordenadores de programa do  
11 Instituto de Biologia que a questão da solidariedade da Unicamp em relação a outras universidades  
12 era importante. A ação indutora era uma coisa em relação à avaliação, mas era muito difícil  
13 mudarem de direção. As pessoas se apegavam às questões mais imediatas de tempo e de número  
14 de defesa na avaliação. Não era uma pergunta objetiva, mas era um problema que sempre o  
15 angustiara muito, especialmente em relação ao impacto na sociedade. Não tinham aquela  
16 característica e não eram avaliados daquela forma. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu e  
17 passou a palavra para a Sra. Elayne. A **Sra. Elayne Rohem Peçanha (IQ)** cumprimentou a todos  
18 e questionou, em relação aos destaques, se seria priorizado algum tipo de destaque, ou como  
19 seriam avaliados os diferentes tipos de destaque. Por tipos de destaque, se referia a trabalhos mais  
20 aplicados, científicos ou mais vinculados ao impacto social. Agradeceu. A **Profa. Nancy Garcia**  
21 **(Coordenadora CAPES – Matemática)** disse que começaria respondendo às dúvidas. Falaria da  
22 temporalidade. Como o Prof. Oswaldo tinha dito, os coordenadores recebiam uma demanda urgente  
23 e precisavam se apressar para cumpri-la. Atualmente, a CAPES estava tentando recuperar algumas  
24 coisas, como, por exemplo, PAEP. Quem tinha feito congressos em julho não tinha conseguido  
25 pedir PAEP, porque não tinha tido Edital. Relatou que o Edital PAEP tinha sido lançado e as  
26 respostas tinham que sair naquele momento, pois quem iria fazer congresso em setembro precisaria  
27 da resposta e do dinheiro. De alguma forma, parte do problema da temporalidade derivava do  
28 período em que tinha ficado parado, sendo que, atualmente, a CAPES estava tentando recuperar  
29 algumas coisas. Também tinham o problema da falta de respostas. Por isso, agora, estavam  
30 acionando algumas pessoas por WhatsApp, pois elas tinham uma demanda imensa e não havia  
31 gente o suficiente para responder. Aconselhou que tentassem acionar de outras formas. Disse que  
32 vinham recebendo demandas e estavam tentando conseguir uma resposta. Achava que aquela  
33 situação iria melhorar, porque a CAPES costumava ser muito eficiente, além de que estava havendo  
34 tratativas para aquilo. Uma parte importante eram as iniciativas de automatização, pois, assim,

1 poderiam liberar espaço para fazer as coisas mais importantes. Portanto, caso o GoPG funcionasse,  
2 os coordenadores de programa deixariam de ter que inserir todos os dados e os coordenadores da  
3 CAPES deixariam de tentar procurá-los. Era difícil conseguirem as informações para a avaliação,  
4 e, por conta disso, havia aqueles anexos. Exemplificou que um programa com 80 docentes podia  
5 indicar 160 destaques nos 4Ns, sendo que somente procurar os 160 já era difícil. Disse que tinham  
6 uma planilha grande, chamada de “planilhão”, que não baixava no computador. Tinham que filtrar e  
7 baixar aos poucos, sendo que sua área era pequena, com apenas 60 programas. Nem conseguia  
8 imaginar como era a interdisciplinar. Por isso, tinham que ter um pouco de paciência. Em relação  
9 aos destaques, disse que, na área de matemática, entendia que as coisas podiam ter impacto dali  
10 a 100 anos. Havia coisas feitas há 100 anos que estavam sendo utilizadas só agora. Sabia que,  
11 atualmente, tinham que fazer um pequeno vídeo para o CNPq a cada projeto, a fim de justificar o  
12 trabalho. Cada área tinha as suas especificidades, e, por isso, em uma comissão, tentavam chamar  
13 pessoas de todas as subáreas. Achava que faziam um trabalho muito bem-feito. Como tinha dito,  
14 na área de matemática, em especial, havia toda a área pura de álgebra, geometria, análise, mas  
15 tinham otimização. Também havia a parte da biomatemática, que publicava mais, a de estatística,  
16 ciência de dados etc. A parte dos destaques era olhada com cuidado. Em relação ao que era olhado  
17 nos destaques, dependia da aderência. Havia programas, por exemplo, cujas linhas de pesquisa  
18 eram sobre ensino, mas a produção não tinha relação com o ensino. Isso ocorria porque havia  
19 programas que eram voltados para o ensino, mas cujos docentes estavam dentro do departamento  
20 de matemática. Disse que, nos subitens da área de matemática, havia o 2.4, que era a produção, e  
21 o 2.4.1, que tinha sido a parte qualitativa. Então, tinham feito uma conta de quantos artigos A1  
22 multiplicados, usando o Qualis e o *Scimago*, que era bastante importante na matemática. Depois  
23 do subitem 2.4.2, que valia 70% do item, faziam a análise dos destaques, e, naquele momento,  
24 olhavam para aquela questão. A justificativa era importante pois, sem ela, não conseguiam ler o  
25 artigo e ver a importância dele. Tinham que levar em conta que quem fazia a avaliação eram os  
26 colegas, não a comissão ou o coordenador. A comissão de matemática tinha tido 30 pessoas,  
27 daquela vez, para 60 programas. Tinham feito uma nova dinâmica de análise, em que, ao invés de  
28 terem relatores para os programas, cada subgrupo olhava um item. Por isso, eles conseguiam  
29 comparar todos os programas nos itens. O **Prof. Oswaldo Amaral (Coordenador CAPES –**  
30 **Ciências Políticas e Relações Internacionais)** disse que, com relação à aderência, a ideia era  
31 que avaliassem a imposição do programa e se ele entregava o que propunha. No caso de um  
32 programa com uma vocação local, ele dificilmente chegaria a ser nota 6 ou 7, mas poderia  
33 tranquilamente chegar à nota 5. A ideia da aderência era que a avaliação ficasse mais qualitativa,  
34 além de que vissem se aquilo estava vinculado, de fato, com o objetivo do egresso. Pensavam muito



1 na produção, mas, na verdade, a CAPES precisava formar pessoas. Por isso, tinham que questionar  
2 se aquelas pessoas estavam sendo formadas adequadamente, e se estavam com o objetivo de  
3 formação do programa. Achava que aquela avaliação teria um prazo melhor, pois a última tinha sido  
4 paralisada e conturbada. Agora, apesar de haver a falta de compreensão, por parte do Ministério  
5 Público, de que a ciência era uma coisa dinâmica, todos estavam mais familiarizados com a ficha.  
6 Aconselhou que todos os coordenadores de programa lessem a ficha de avaliação detalhadamente,  
7 a fim de saberem quais eram os subitens, qual era o peso de cada coisa etc., pois era a partir  
8 daquilo que escolheriam os destaques. Obviamente, os programas grandes não tinham aquele  
9 problema, pois tinham muitos destaques, mas os menores precisavam fazer uma escolha. Com  
10 relação ao impacto, na última reunião do CTC, o Prof. Antonio, coordenador da Física, tinha falado  
11 que avaliavam o impacto na sociedade a partir do que a área podia produzir de impacto. Em outras  
12 palavras, o que ele tinha dito era que as áreas tinham liberdade para entender o que era, ou não,  
13 impacto. Aquilo deveria estar descrito nas fichas, e, então, obviamente, não iriam julgar programas  
14 de políticas públicas da mesma forma que programas de física, uma coisa absolutamente palpável  
15 e imediata. Alguém tinha falado sobre a temporalidade dos Papers aparecerem. Não sabia o tempo  
16 que demorava para virar. Achava que, por exemplo, aquela era uma discussão que poderia ser feita  
17 para a próxima ficha de avaliação. Poderiam fazer destaques de 20 ou 15 anos, pois, atualmente,  
18 tinham acesso. Estava tudo online. Exemplificou que a sua área usava índice H dos professores.  
19 Então, de alguma maneira, aquilo também contemplava, apesar de também haver um problema de  
20 ingenuidade, pois, às vezes, estavam produzindo as mesmas coisas do quadriênio anterior. Não  
21 havia medidas perfeitas. Alguém também tinha comentado sobre diferentes tamanhos de  
22 comunidades dentro, às vezes, do mesmo programa. Disse que quem usava o Scival tinha aquela  
23 vantagem, porque ele tinha uma medida de impacto que ponderava pelo tamanho da comunidade.  
24 Tinham aquele problema: não dava para comparar o fator de impacto de revistas da área médica,  
25 por exemplo, com as da área de ciência política. O Scival tinha uma métrica que estabelecia um  
26 fator de impacto ponderado. Relatou que, em sua área, não dava para usar o Scival, porque 60%  
27 das produções não estavam ali. Sobre o *open access*, tinha estado no seminário da CAPES sobre  
28 o assunto. Disse que a CAPES estava preocupada com aquilo, porque, na realidade, estavam  
29 usando o recuso público para pagar duas vezes: para assinar e republicar, o que não fazia o menor  
30 sentido. A CAPES sabia que aquilo seria uma demanda cada vez maior, porque todo o acordo  
31 europeu estava demandando que tudo fosse no *open access*, e algumas áreas provavelmente  
32 teriam que pagar. De acordo com a Profa. Mercedes, a CAPES provavelmente tomaria duas linhas  
33 naquele seminário. Uma delas seria negociar com as grandes editoras, pelo menos, as cotas de  
34 publicação dos pesquisadores brasileiros. Não sabia como iriam estabelecer aquilo por área. O

1 outro caminho seria investir nas revistas premium, que eram *open access*. O sistema de revistas  
2 brasileiras, como Scielo e outras, passaria a ser muito importante, mas seria preciso investir  
3 naquelas revistas para que, de fato, elas tivessem uma circulação maior e atraíssem pesquisadores  
4 não só do Brasil, mas do exterior. Aquilo iria depender, obviamente, do fato de as revistas serem  
5 lidas. A América Latina tinha ficado muito prejudicada, pois, apesar de se fazer pesquisa, não se  
6 conseguia publicá-la por falta de recurso. A situação fora de São Paulo era bem complicada naquele  
7 sentido. A **Profa. Altair Del Bel Cury (Coordenadora CAPES – Odontologia)** comentou que havia  
8 a Portaria 158 da CAPES, que tinha sido publicada em agosto. Ali, havia todos os dados  
9 necessários para uma boa publicação. Ela era assinada pela Profa. Mercedes e citava nove linhas,  
10 desde o cadastro do programa até o resultado e impactos na sociedade. Sugeriu que todos os  
11 coordenadores olhassem a Portaria, que era bem interessante. A Portaria trazia aspectos que  
12 sempre tinham sido cobrados pela CAPES. No Parágrafo 2, inclusive, eles explicavam que ela não  
13 era exaustiva, podendo ser incluídas outras solicitações naquela composição. Tinha achado aquilo  
14 bem interessante e não usual da CAPES. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu os professores  
15 convidados e disse que, infelizmente, teriam que colocar o teto, e agradeceu a disposição de todos.  
16 Tinha sido muito bom, porque tinham tido uma visão do que estava acontecendo com a CAPES.  
17 Antes de iniciar a reunião, lembrou a todos de que pedissem aos coordenadores dos programas  
18 de suas unidades para participarem do Seminário de Meio Termo. Daquela vez, seria fundamental,  
19 porque seria uma avaliação que herdaria uma conturbação enorme e que produziria uma nova ficha  
20 e novos indicadores. Dando início à reunião, submeteu à aprovação do Plenário a Ata da  
21 quadragésima sétima (407ª) reunião ordinária, realizada em 09/08/2023. Perguntou se alguém tinha  
22 alguma observação. Não havendo, colocou a referida Ata em votação, que foi aprovada com duas  
23 abstenções. Informou que a mesa destacava os itens 1 e 2 da Pauta. Perguntou se alguém tinha  
24 mais destaques ou observações, e, não havendo, colocou em votação os itens não destacados da  
25 Pauta, que foram aprovados por unanimidade. **ORDEM DO DIA: ITEM 3. PROGRAMA DAS**  
26 **ATIVIDADES E CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. a) PROC. Nº 09-P-**  
27 **16010/2023 (d).** IFCH – Oferecimento da seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter  
28 eventual”, no Catálogo de 2023: DM800 – “Projeções Populacionais utilizando Métodos  
29 Matemáticos” – turma A. Carga Horária Total: 30 horas (2 créditos). Período: 2º semestre de 2023.  
30 Oferecimento: Professor Participante Temporário: Profa. Marina Khramova (Federal Center of  
31 Theoretical and Applied Sociology of the Russian Academy of Sciences, Rússia). Fls. 147 a 156.  
32 Deliberação CCPG Nº 53/2023. **b) PROC. Nº 09-P-16010/2023 (d).** IFCH – Oferecimento da  
33 seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2023: HS983 –  
34 “Biografias, Arte e Política na América Latina” – turma A. Carga Horária Total: 30 horas (2 créditos).

1 Período: 2º semestre de 2023. Oferecimento: Professor Participante Temporário: Prof. John Robert  
2 Lear (University of Puget Sound, EUA). Fls. 157 a 166. Deliberação CCPG Nº 54/2023. **c) PROC.**  
3 **Nº 19-P-36078/2023 (d).** FE – Oferecimento da seguinte disciplina como “disciplina especial, de  
4 caráter eventual”, no Catálogo de 2023: FE196 – Seminário Especial Concentrado I – “História da  
5 Educação: O Caso Português” – turma A. Carga Horária Total: 15 horas (1 crédito). Período: 2º  
6 semestre de 2023. Oferecimento: Professor Participante Temporário: Prof. Dr. Luís Antunes Grosso  
7 Correia (Universidade do Porto, Portugal). Fls. 167 a 175. Deliberação CCPG Nº 55/2023. **d) PROC.**  
8 **Nº 11-P-36652/2023 (d).** IQ – Oferecimento da seguinte disciplina como “disciplina especial, de  
9 caráter eventual”, no Catálogo de 2023: QP436 – Tópicos Especiais em Físico-Química IV –  
10 "Challenges in Molecular Dynamics Simulations of Bio-Molecules: On Comparing Simulated with  
11 Experimental Data" – turma A. Carga Horária Total: 15 horas (1 crédito). Período: 2º semestre de  
12 2023. Oferecimento: Professor Participante Temporário: Prof. Dr. Willem Frederik van Gunsteren  
13 (Laboratory of Physical Chemistry, ETH Zurich, Suíça). Fls. 176 a 182. Deliberação CCPG Nº  
14 56/2023. **e) PROC. Nº 02-P-22836/2023 (d).** FCM – Oferecimento da seguinte disciplina como  
15 “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2023: IR040 – “Psicanálise e Saúde Mental  
16 na Universidade: Políticas de Vida, Escuta e Sobrevivência Psíquica em Tempos Sombrios” – turma  
17 A. Carga Horária Total: 45 horas (3 créditos). Período: 2º semestre de 2023. Oferecimento:  
18 Professor Participante Temporário: Profa. Dra. Roselene Ricachenevsky Gurski (USP). Fls. 183 a  
19 195. Deliberação CCPG Nº 57/2023. **ITEM 4. REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-**  
20 **GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA DA FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA**  
21 **(FEM).** PROC. Nº 03-P-8545/2017. FEM – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia  
22 Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 196 a 213. Deliberação Articulada CCPG Nº  
23 5/2023. **ITEM 5. INSTRUÇÃO NORMATIVA CP/EM Nº 17 – NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA**  
24 **CREDENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA**  
25 **DA FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA (FEM).** PROC. Nº 03-P-8545/2017. FEM –  
26 Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG).  
27 Fls. 214 a 220. Deliberação CCPG Nº 58/2023. **ITEM 6. REGULAMENTO DO PROGRAMA DE**  
28 **PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM (IEL).**  
29 PROC. Nº 21-P-19595/2003. IEL – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna  
30 Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 221 a 234. Deliberação Articulada CCPG Nº 6/2023.  
31 **ITEM 7. RESOLUÇÃO 05/2023 – NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DO**  
32 **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA**  
33 **LINGUAGEM (IEL).** PROC. Nº 21-P-19595/2003. IEL – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra.  
34 Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 235. Deliberação CCPG Nº 59/2023.

1 **ITEM 8. CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO – 2024.** PROC. Nº 01-P-2138/2023,  
2 PROC. Nº 01-P-2139/2023, PROC. Nº 01-P-2124/2023, PROC. Nº 01-P-2128/2023, PROC. Nº 01-  
3 P-2142/2023, PROC. Nº 01-P-2140/2023, PROC. Nº 01-P-2134/2023, PROC. Nº 01-P-2122/2023,  
4 PROC. Nº 01-P-2132/2023, PROC. Nº 01-P-2123/2023, PROC. Nº 01-P-2137/2023, PROC. Nº 01-  
5 P-2130/2023, PROC. Nº 01-P-2133/2023, PROC. Nº 01-P-2136/2023, PROC. Nº 01-P-2145/2023,  
6 PROC. Nº 01-P-2141/2023, PROC. Nº 01-P-2143/2023, PROC. Nº 01-P-2131/2023, PROC. Nº 01-  
7 P-2144/2023, PROC. Nº 01-P-2129/2023, PROC. Nº 01-P-2135/2023, PROC. Nº 01-P-2126/2023,  
8 PROC. Nº 01-P-2127/2023, PROC. Nº 01-P-2125/2023. FCA – Fls. 236 a 255, FCF – Fls. 256 a  
9 263, FCM – Fls. 264 a 271, FE – Fls. 272 a 285, FEA – Fls. 286 a 295, FEAGRI – Fls. 296 a 303,  
10 FECFAC – Fls. 304 a 317, FEEC – Fls. 318 a 327, FEF – Fls. 328 a 335, FEM – Fls. 336 a 343,  
11 FENF – Fls. 344 a 351, FEQ – Fls. 352 a 357, FOP – Fls. 358 a 365, FT – Fls. 366 a 375, IA – Fls.  
12 376 a 439, IB – Fls. 440 a 447, IC – Fls. 448 a 454, IE – Fls. 455 a 466, IEL – Fls. 467 a 473, IFCH  
13 – Fls. 474 a 481, IFGW/PECIM– Fls. 482 a 492, IG – Fls. 493 a 500, IMECC – Fls. 501 a 508, IQ –  
14 Fls. 509 a 515. Deliberação CCPG Nº 60/2023. **ITEM 9. ACORDOS. a) ATUALIZAÇÃO DO**  
15 **ACORDO COTUTELA ENTRE A UNICAMP (IEL) E A UNIVERSIDADE DE VIGO (ESPANHA) –**  
16 **SRA. SAMIRA SPOLIDORIO.** PROC. Nº 21–P–8485/2020. IEL – Parecer favorável exarado pela  
17 Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 516 a 559. Deliberação CCPG  
18 Nº 61/2023. **ITEM 10. CERTIFICADO DE APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-**  
19 **GRADUAÇÃO EM QUÍMICA – SRA. JÉSSICA OTHONI FERNANDES MORAES.** PROC. Nº 01–  
20 D–26578/2023 (d). IQ – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli  
21 (Assessora da PRPG). Fls. 560 a 569. Deliberação CCPG Nº 62/2023. **DESTAQUES DE MESA:**  
22 **ITEM 1. INSTRUÇÃO NORMATIVA CCPG Nº 01/2023 QUE DISPÕE SOBRE O ACÚMULO DE**  
23 **BOLSAS COM A ATIVIDADE REMUNERADA OU OUTROS RENDIMENTOS.** PRPG – Fls. 7.  
24 Deliberação CCPG Nº 51/2023. A **Sra. Presidente** passou ao Item 1 dos destaques. Disse que  
25 todos tinham tido acesso ao texto, mas, infelizmente, não tinham conseguido encaminhar  
26 anteriormente por conta da longa discussão acerca de uma maneira de abordar todos os programas  
27 e áreas. Tinham procurado absorver os comentários da reunião anterior e adequar às observações  
28 que tinham sido feitas, levando em conta as especificidades de cada área. A principal questão tinha  
29 sido como fazer uma normativa geral para a universidade que desse conta de tudo aquilo, e, ao  
30 mesmo tempo, da preocupação principal da PRPG, que não era o controle dos acúmulos. Seriam  
31 duas questões. A primeira delas era a cobertura de bolsas, pois queriam que todos os alunos  
32 tivessem financiamento. A partir daquelas definições, não queriam que as diferenças de  
33 possibilidade de financiamento entre áreas duras e não duras, fosse agravado pelo acúmulo de  
34 bolsas. Para isso, iriam tentar, pelo menos, regulamentar o acúmulo, possibilitando que todos os

1 alunos tivessem chances semelhantes de financiamento. A outra questão era de estatística. No dia  
2 anterior, tinham recebido o telefonema desesperado de uma secretária de um programa, que tinha  
3 escutado que, todo mês, ela teria que mandar uma listagem dos alunos. Informou que tinham  
4 colocado na normativa que queriam aquele dado ali no final do período, mas seria apenas  
5 estatística, para saberem como iam as possibilidades de financiamento dos alunos. Aquilo era  
6 importante para a instituição. Era importante que pudessem ter certo controle da capacidade de  
7 permanência do aluno, para viabilizar sua formação. Passou a palavra para a Profa. Nashieli. A  
8 conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** cumprimentou a todos e disse que tinham  
9 tido uma nova reunião extraordinária da CPG e que apoiavam o documento. Disse que era outra  
10 versão, mas achava que tinham sido incorporadas modificações. No entanto, tinha uma dúvida um  
11 pouco mais interna, a respeito de como seria aquela gestão. Aquela dúvida tinha aparecido na  
12 discussão de agosto, para os coordenadores. Perguntou se poderiam estabelecer critérios internos.  
13 A **Sra. Presidente** disse que era possível. A Portaria da CAPES abria para os programas fazerem  
14 qualquer controle de coordenação e distribuição. Ela era superior à PRPG. Informou que a PRPG  
15 poderia ter algum controle sobre a garantia da maior cobertura e da possibilidade de que todos os  
16 alunos tivessem o financiamento. Aquela era a ideia da Instrução Normativa que tinham feito. Os  
17 programas teriam autonomia, desde que estivessem contemplados na Instrução Normativa e na  
18 própria Portaria da CAPES. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que  
19 tinha uma sugestão. No IFCH, tinham aberto um drive compartilhado com os documentos que cada  
20 programa pedia no momento da matrícula, pois eram 10. Achava que um levantamento um pouco  
21 mais qualitativo poderia ser interessante, ou seja, acompanhando um pouco a vida familiar e  
22 socioeconômica da pessoa. Encaminhariam dados semestralmente para a PRPG, mas,  
23 anualmente, também tinham que entregar um relatório dos alunos. Achavam que uma comissão de  
24 bolsa separada do processo seletivo poderia ajudar, além de um documento um pouco mais  
25 qualitativo que seria, também, especificado como critério interno. Depois das discussões que tinham  
26 tido, no IFCH, sobre as cotas étnico-raciais, também estavam pensando um pouco em como gerar  
27 dados para os critérios de bolsa. A **Sra. Presidente** agradeceu e disse que estavam aprofundando  
28 bastante além do que estavam pedindo como o mínimo necessário na normativa. Estava ótimo. O  
29 **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** cumprimentou a todos e disse que tinha duas dúvidas acerca  
30 do Art.4, que dizia a condição da pós-graduação em relação à concessão de bolsas. No entanto, os  
31 programas, pelo menos na Engenharia Mecânica, tinham as suas comissões que gerenciavam a  
32 questão da bolsa. Por isso, tinha ficado na dúvida se seriam as comissões de bolsas dos programas  
33 ou se seria a comissão de pós-graduação, pois esta era composta por ele, pelos coordenadores  
34 dos programas e pela representação discente. A **Sra. Presidente** disse que a ideia era que a revisão

1 daquela decisão fosse de uma subcomissão, e que o resultado da revisão passasse pela CPG, que  
2 o encaminharia. Era só assinar embaixo. Não havia necessidade de a comissão de pós-graduação  
3 fazer aquilo, mas tinham que saber que tinha sido feito. O **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)**  
4 disse que também tinham tido uma reunião e tinha sido discutido que a locação de bolsas era a  
5 cada seis meses, mas entendia que aqueles 12 meses tinham relação com a questão que tinha sido  
6 levantada na Portaria da CAPES. Ao mesmo tempo, o Art.5 estava pedindo o envio daquela  
7 situação dos bolsistas que acumulavam a cada 6 meses. Havia duas possibilidades, que achava  
8 que seriam melhores. A primeira delas era colocar a cada 6 meses no Art.4, que achava que não  
9 iria ferir a Portaria. Com a regra, caso tivessem uma bolsa sobrando, poderiam deixá-la em  
10 complementação, mas, no ingresso seguinte, poderiam aparecer alunos que precisassem mais da  
11 bolsa. Tinham discutido que, com a regra atual, não seria possível fazer a realocação de uma bolsa  
12 que estivesse sobrando, por conta dos 12 meses. Sugeriu que mudasse para seis meses no Art.4,  
13 ou, depois do acúmulo, colocar no máximo a cada seis meses. A **Sra. Presidente** disse que aquela  
14 inserção de “no máximo” resolveria no Art.4. Em uma situação em que um aluno x tivesse um  
15 acúmulo de bolsas, e, no momento da revisão, se descobrisse que o aluno y não tinha nenhuma,  
16 seria possível passar a bolsa do aluno x para o y. Caso o aluno y perdesse o estágio ou emprego,  
17 ele ficaria sem bolsa. A ideia era que as revisões periódicas ocorressem para gerir as possíveis  
18 alterações na vida dos alunos com ou sem acúmulo. A sugestão do Marcos era que fosse colocado,  
19 no Art. 4º: “A comissão de pós-graduação deverá revisar a concessão de bolsas em situação de  
20 acúmulo em, no máximo, 12 meses”. A **Sra. Elayne Rohem Peçanha (IQ)** disse que uma coisa  
21 que ainda a preocupava no Art. 4 era a questão da renda principal do aluno: se a bolsa ou a outra  
22 remuneração. Achava que poderiam, talvez, deixar delimitado o valor da renda. Caso a bolsa fosse  
23 a renda principal, o aluno não deveria perdê-la na revisão. A **Sra. Presidente** disse que a segunda  
24 renda não era alocada pelo programa. Fosse maior ou menor do que o valor da bolsa, a renda vinha  
25 de um estágio ou emprego de fora. O programa não conseguia geri-la, pois só poderia gerir o que  
26 vinha da CAPES. Em outras palavras, a Sra. Elayne tinha sugerido que, caso um aluno tivesse um  
27 acúmulo de bolsa CAPES com a segunda remuneração, sendo a remuneração maior do que a  
28 bolsa, ele poderia perdê-la na revisão. A **Sra. Elayne Rohem Peçanha (IQ)** achava que os colegas  
29 teriam bom senso de avaliar a renda e de fazer a revisão de forma adequada, mas seria interessante  
30 colocar aquela questão na normativa, de alguma forma. A **Sra. Presidente** disse que teria que ser  
31 um parágrafo no Art. 4º. Estava colocada a sugestão para os colegas. O conselheiro **Prof. José**  
32 **Guilherme Cecatti (FCM)** disse que aquela deveria ser uma característica individual dos programas  
33 ou do grupo de programas por área, e não específica para toda a Unicamp, visto que havia muitas  
34 especificidades. Tinha falado na semana anterior, no seu programa, que achava que aquilo poderia

1 ficar a cargo do que estava contemplado no próprio documento, de fazer uma adaptação local na  
2 CPG. A **Sra. Presidente** disse que a ideia de deixar aberta tinha sido exatamente aquela. Ela  
3 publicaria na página, o que tinham deixado claro ali, mas também publicaria outras orientações para  
4 o coordenador, voltadas para as especificidades dos programas. Na Medicina, eram muitas outras  
5 variações, assim como nas engenharias. Talvez não houvesse tanta variação nas humanas, mas  
6 poderia haver. A ideia era que os programas e unidades fizessem aquilo. O **Sr. Matheus Alves**  
7 **Albino (IFCH)** cumprimentou a todos e disse que, talvez, fosse mais pertinente colocar aquela  
8 sugestão no Art 3º: “os programas de pós-graduação deverão recomendar, por meio de instruções  
9 normativas internas, o número máximo de horas semanais para dedicação a outras atividades  
10 remuneradas, além da situação em que a bolsa é a fonte de renda principal, para autorizar o  
11 acúmulo”. Achava que ficaria mais coerente, a fim de que o programa fizesse uma Instrução  
12 Normativa própria. Precisaria de uma redação melhor, mas a ideia principal era considerar o número  
13 máximo de horas, além das situações em que a bolsa fosse a fonte de renda principal. O conselheiro  
14 **Prof. Sávio Souza Venancio Vianna (FEQ)** retomou sua fala na reunião anterior e disse que tinham  
15 que ter um pouco de cuidado. Não era esperado que houvesse, na totalidade dos programas, alunos  
16 com bolsa e trabalho. A CAPES estava dando uma facilidade para o aluno. Portanto, a partir do  
17 momento em que ele tivesse a bolsa e o trabalho, seria difícil tirar aquilo, a menos que ele tivesse  
18 algum problema de desempenho acadêmico. Achava que aquilo não deveria acontecer em hipótese  
19 alguma, a menos que houvesse um desvio, como ocorria atualmente, só com a bolsa. Em relação  
20 aos outros alunos que estavam com bolsa, o coordenador saberia quantas bolsas iriam vagar por  
21 semestre, porque a pessoa teria que defender em 24/48 meses. No caso da CAPES, a bolsa  
22 voltava, e, no CNPq, aquilo estava nos projetinhos. Concordava que, nas especificidades de cada  
23 programa, tinham que fazer um planejamento no momento de abertura do edital, deixando claras  
24 as condições de concessão da bolsa para os alunos. Deveriam deixar claro para o aluno que ele  
25 estaria na lista para atribuição de bolsa, mas que o programa não poderia retirar a bolsa de outro  
26 aluno, independentemente de sua renda externa. Poderiam discutir aquela questão em outro fórum,  
27 mas não achava certo retirarem bolsa de um aluno. A pessoa se organizava financeiramente, e,  
28 comparado com outras cidades, as coisas em Barão Geraldo não eram baratas. Ficava parecendo  
29 que queriam abraçar todas as oportunidades ao mesmo tempo. Ainda havia as especificidades de  
30 cada programa, e, por isso, achava preocupante engessar muito o texto. Havia uma boa diretriz,  
31 mas cada programa deveria ter as suas Instruções Normativas. Temia que algum aluno entrasse  
32 na justiça por conta da retirada da bolsa. A **Sra. Presidente** observou que não se tratava de “dar e  
33 tirar no mês seguinte”, pois havia um tempo para a revisão. O aluno ficaria com a bolsa por 12  
34 meses, que poderia ser renovada por mais 12. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venancio Vianna**

1 **(FEQ)** disse que 12 meses era o máximo. No entanto, poderia acontecer de o aluno se programar  
2 financeiramente, e, no 13º, retirarem a bolsa. A **Sra. Presidente** disse que a diferença era que o  
3 aluno saberia daquilo desde o começo. Seria um problemão, mas ele saberia daquilo, caso  
4 acontecesse. Era algo que iriam dizer na aceitação do aluno. O conselheiro **Prof. Sávio Souza**  
5 **Venancio Vianna (FEQ)** disse que entendia, mas estava dando seu ponto de vista. Não concordava  
6 com aquilo. Achava que tinham uma rotatividade normal de bolsas no programa. O aluno pegaria  
7 as bolsas que vagassem, não tiraria dos outros. Sugeriu que cada PPG visse a sua especificidade,  
8 que variava muito de programa para programa. Exemplificou que, na FEQ, estavam sobrando  
9 bolsas, o que não sabia se era bom ou ruim. Ficavam desesperados e tentavam implementar todas  
10 as bolsas do CNPq, porque era projeto da CAPES, mas poderia mudar. A **Sra. Presidente** disse  
11 que ele tinha um cenário ideal. Caso todos os alunos quisessem acumular, não teria nenhum  
12 problema. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venancio Vianna (FEQ)** disse que dependia do ponto  
13 de vista. Não queriam deflação nem inflação. A **Sra. Presidente** disse que, no entanto, era um  
14 cenário bom. Sendo possível acumular, todo mundo iria se beneficiar muito melhor. Em vários  
15 programas, não era daquela forma, e, por isso, eles teriam que fazer suas orientações internas.  
16 Naquelas orientações, caso o programa percebesse que só haveria 12 meses de bolsa, aquele  
17 aluno teria que assinar alguma coisa. Eram cuidados dos quais os programas já tinham  
18 conhecimento. Caso não soubesse, solicitou que falassem com a PRPG. Teriam que deixar claro  
19 para o aluno que a revisão aconteceria de 12 em 12 meses. O conselheiro **Prof. Sávio Souza**  
20 **Venancio Vianna (FEQ)** disse que outra dúvida era em relação ao caso de um aluno que  
21 trabalhasse, tivesse bolsa e, por acaso, abandonasse a pós-graduação. Perguntou como fariam  
22 com aquele caso, porque poderia haver gente que se aproveitaria da situação para ganhar um  
23 pouco mais durante algum tempo. A **Sra. Presidente** disse que o aluno devolveria aquele dinheiro  
24 para a CAPES, o que era um procedimento normal. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venancio**  
25 **Vianna (FEQ)** disse que a experiência que tinham na FEQ era que aquilo acontecia com o CNPq.  
26 A CAPES, geralmente, jogava o problema para o programa. A **Sra. Presidente** disse que a CAPES  
27 pedia de volta, sim. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venancio Vianna (FEQ)** disse que a  
28 experiência da FEQ era só com o CNPq. A **Sra. Presidente** disse que o aluno já saberia daquilo  
29 quando assinasse o termo da bolsa CAPES. O conselheiro **Prof. Renato Barroso da Silva (FEF)**  
30 cumprimentou a todos e disse quealaria rapidamente sobre o Art.4, porque se sentia  
31 desconfortável de discutir alguma coisa por outros programas. Achava que poderiam deixar mais  
32 genérico, colocando em um parágrafo que “os critérios de revisão da concessão serão decididos  
33 por cada programa”. Estava falando do Art. 4º, porque a confusão era em relação ao rendimento  
34 extra, se seria maior ou menor do que a bolsa. Assim como o Prof. Sávio, disse que se sentia muito



1 desconfortável em tirar a bolsa de alguém, pois, quando o aluno recebia a bolsa, sabia que a teria  
2 por 12 meses. A **Sra. Presidente** disse que ele só perderia a bolsa após aqueles 12 meses. O  
3 conselheiro **Prof. Renato Barroso da Silva (FEF)** disse que entendia, mas não estavam  
4 preocupados com o que estava acontecendo, que era o fato de que o aluno pegava a bolsa e recebia  
5 a autorização para ter o vínculo empregatício. Não estavam pensando naquele aluno para tirar  
6 bolsa, pois estavam falando do contrário. Sugeriu que tivesse um parágrafo que dissesse que cada  
7 programa decidiria como faria a revisão, se seria baseada em critério econômico, socioeconômico  
8 etc. A **Sra. Presidente** questionou se aquilo não estava no Art. 2, que dizia “atualizar os critérios de  
9 bolsas já existentes para autorização ou vedação do acúmulo de bolsas, e publicá-lo em suas  
10 páginas”. O conselheiro **Prof. Renato Barroso da Silva (FEF)** disse que o Art. 4º falava da  
11 renovação. A **Sra. Presidente** disse que a autorização contemplaria aquilo. Poderia estar  
12 equivocada. A conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** disse que, de alguma maneira  
13 misteriosa, concordava com os dois ao mesmo tempo. Achava que, quanto mais sucinto, melhor,  
14 pois, se começassem a colocar muitos parágrafos, haveria divergências. Achava que tinham  
15 chegado a uma formulação muito boa. Logo no 1º item, dizia-se que cada programa iria decidir as  
16 minúcias, além de que tudo deveria ir para o site. Então, ficaria tudo claro. Disse que era favorável  
17 a votar do jeito que estava, sem mexer em nada. O conselheiro **Prof. Mauro Cardoso Simões**  
18 **(FCA)** disse que tinham discutido aquele documento na CPG da FCA e entendiam que, da forma  
19 como estava, a Unicamp marcava uma posição em relação à Portaria da CAPES e instruíam os  
20 programas. Parecia factível, para atribuir a bolsa, que os programas de pós-graduação  
21 estabelecessem os seus critérios para colocar na página, e, no Art. 4, que aquilo também fosse  
22 dialogado com a CPG. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** cumprimentou a todos  
23 e disse que falaria da questão da periodicidade. Disse que entendia a mesma coisa, ou seja, que  
24 não haveria problema se, na concessão de bolsas, o programa já informasse para o aluno em qual  
25 condição ele havia sido contemplado. Ainda era uma bolsa de demanda social, e, portanto, o aluno  
26 deveria estar ciente de que as bolsas da Pró-Reitoria não eram da conta do programa. Deveriam  
27 informar os alunos de que poderiam pedir a renovação após os 12 meses, a qual poderia acontecer  
28 ou não. Desde que aquilo fosse informado no início, não via nenhum problema em terem um prazo  
29 de revisão curto, justamente pelo fato de o aluno estar ciente da situação em que tinha sido  
30 contemplado. Achava que os próprios programas poderiam legislar sobre aquilo. O conselheiro  
31 **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)** disse que achava que estava ótimo daquele jeito.  
32 Gostaria de defender a ideia de revisão, porque aquilo já acontecia antes. Programas muito grandes  
33 e que tinham pouquíssimas bolsas já faziam rodízio. Achava que a revisão protegeria os alunos que  
34 não tinham nenhuma outra renda. Caso não tivessem aquela revisão, não teriam como reatribuir as

1 bolsas para alunos com mais necessidade. O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)**  
2 disse que os Artigos 2 e 3 eram mais genéricos. O Art. 4 era mais impositivo ao colocar um prazo  
3 definido. Então, poderiam retirar o Art.4 e colocar, no Art. 2, a questão da revisão, para que cada  
4 programa fizesse Instruções Normativas. Achava que tinham que colocar o máximo, sim. A **Sra.**  
5 **Presidente** disse que todos aqueles comentários e propostas iam na mesma direção. Entendia que,  
6 da discussão, que a única sugestão que tinha mais acordo era a de colocar a complementação de  
7 no máximo 12 meses no Art. 4. Não havia um acordo com relação àquela outra proposta, dada as  
8 especificidades dos programas. O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** observou que,  
9 caso houvesse uma situação em que o aluno tivesse perdido a segunda renda, ele ficaria sem bolsa.  
10 Aquele aluno seria um aluno regular, possivelmente sem bolsa, que poderia pleitear a bolsa junto  
11 ao programa. Então, ele entraria na mesma situação, por exemplo, de um ingressante que estava  
12 sem bolsa. Aquela situação se tornaria padrão e caberia à comissão de bolsa de cada programa  
13 fazer uma alocação. Provavelmente, por ser mais antigo no programa, aquele aluno teria prioridade  
14 para o recebimento da bolsa. Por isso, não via aquele problema no texto. A **Sra. Presidente** disse  
15 que, na verdade casos poderiam acontecer, e, por isso, tinham que ter alguma revisão. No entanto,  
16 o cenário de que algumas pessoas teriam emprego e bolsa era uma perspectiva que não via como  
17 muito objetiva, salvo especificidades de algumas áreas. O conselheiro **Prof. Marco Lucio**  
18 **Bittencourt (FEM)** disse que poderia ocorrer a situação inversa, em que a pessoa ficaria só com a  
19 bolsa e arrumaria uma renda complementar. A **Sra. Presidente** disse que achava que o aluno não  
20 ter bolsa e conseguir um emprego era muito mais provável no cenário que conheciam. O **Sr.**  
21 **Matheus Alves Albino (IFCH)** disse que tentaria formular uma proposta de redação diferente. Para  
22 o Art. 3º: “os programas de pós-graduação poderão recomendar, por meio das instruções  
23 normativas, o número máximo de horas semanais para dedicação a outras atividades remuneradas,  
24 considerando a situação socioeconômica dos alunos cuja bolsa seja o rendimento principal para  
25 autorizar o acúmulo”. A **Sra. Presidente** reiterou que achava que a ideia de o rendimento principal  
26 ser a bolsa era um problema. O **Sr. Matheus Alves Albino (IFCH)** disse que poderiam tirar o  
27 rendimento principal e deixar a instrução para o programa, caso ele quisesse colocar a situação  
28 socioeconômica dos alunos bolsistas como um dos critérios. Então, cada programa poderia fazer a  
29 sua instrução, podendo ter avaliação ou não. A **Sra. Presidente** disse que estavam impondo um  
30 critério para concessão de bolsas. Poderiam ter programas que quisessem incluir aquilo e o  
31 desempenho, raça, cor etc. Achava que estavam começando a desdobrar as questões que, se o  
32 programa quisesse, ele faria. Exemplificou que os programas poderiam colocar, como prioridade,  
33 os alunos pretos, pardos e indígenas, somente os alunos com determinada renda ou que tivessem  
34 tido determinado desempenho na prova. Achava que aquilo era um problema, e dificilmente

1 entrariam em um acordo ali. O **Sr. Matheus Alves Albino (IFCH)** disse que achava que poderiam  
2 tirar a redação, e, em uma próxima reunião, pensar em uma recomendação naquele sentido, caso  
3 aquele assunto fosse discutido. A **Sra. Presidente** disse que a recomendação deveria ser  
4 independente da instrução normativa. O **Sr. Matheus Alves Albino (IFCH)** confirmou. O **Prof.**  
5 **Sérgio Pflanze Junior (FEA)** perguntou se, no caso dos alunos que já tinham uma bolsa e  
6 conseguiam um vínculo empregatício posterior, aquilo se manteria como sempre tinha sido.  
7 Questionou se o orientador deveria informar a comissão de pós-graduação de que o aluno tinha  
8 conseguido um emprego, e se ele poderia, ou não, continuar com aquela bolsa. A **Sra. Presidente**  
9 disse que já vinham fazendo aquilo, mas, antes, não podiam acumular. O **Prof. Sérgio Pflanze**  
10 **Junior (FEA)** disse que sim, mas havia algumas possibilidades de acúmulo, como atuar como  
11 docente em uma determinada região. A **Sra. Presidente** disse que aquilo já estava em uma antiga  
12 Portaria da CAPES. O **Prof. Sérgio Pflanze Junior (FEA)** perguntou se aquilo permanecia. Aquela  
13 comunicação deveria existir de forma oficial. A **Sra. Presidente** disse que a Portaria da CAPES era  
14 clara e não tinha sido eliminada. Aquela Portaria continuaria valendo de forma complementar. A  
15 única diferença da nova Portaria era que ela permitia o acúmulo, mas tinham que fazer as mesmas  
16 coisas. Antes, o aluno só podia trabalhar com algo que tivesse muita relação com a sua profissão,  
17 e, agora, valia tudo. O conselheiro **Prof. Renato Barroso da Silva (FEF)** disse que, no Art. 1º, tinha  
18 achado muito restritivo dizerem que, no programa, não poderia haver alunos sem bolsas ou outra  
19 fonte de renda. Às vezes, o programa não sabia se o aluno tinha renda ou bolsa. A **Sra. Presidente**  
20 disse que o programa sabia se o aluno tinha bolsa. O conselheiro **Prof. Renato Barroso da Silva**  
21 **(FEF)** confirmou, mas, às vezes, tinham 50 bolsas e 200 alunos. Não sabiam o que estava  
22 acontecendo com os outros 150, ou seja, se tinham outra fonte de renda. Poderiam garantir que,  
23 no processo seletivo daquela atribuição de bolsas, não houvesse alunos naquela condição. No  
24 programa, no entanto, achava que ficaria muito restritivo. A **Sra. Presidente** disse que achava que  
25 não ficava muito restritivo, mas muito amplo. O conselheiro **Prof. Renato Barroso da Silva (FEF)**  
26 confirmou. A **Sra. Presidente** perguntou a opinião dos colegas. O conselheiro **Prof. Renato**  
27 **Barroso da Silva (FEF)** perguntou se o parágrafo não poderia se encerrar na palavra “bolsas”. A  
28 **Sra. Presidente** disse que, como a preocupação era com a bolsa, de fato, talvez fosse uma  
29 sugestão. O conselheiro **Prof. Renato Barroso da Silva (FEF)** reforçou que colocassem no  
30 programa que não tivesse bolsas ou candidatos no processo seletivo naquela situação, mas achava  
31 que no programa com bolsa já resolvia. A **Sra. Presidente** disse que era o que conseguiam gerir e  
32 dominar, porque não poderiam querer controlar a vida privada do mercado de trabalho de alguém.  
33 Mas queriam, sim, controlar a distribuição de recursos públicos na Unicamp. O conselheiro **Prof.**  
34 **Renato Barroso da Silva (FEF)** disse que poderia haver a situação de uma pessoa que recebia a

1 herança de uma casa alugada. Era outra fonte de renda, e não tinham condição de controlar aquilo.  
2 A **Sra. Presidente** confirmou e disse que, talvez, a sugestão fosse retirar a segunda parte da última  
3 frase, parando em “bolsas”. O **Sr. Matheus Alves Albino (IFCH)** perguntou se, naquele caso, aquilo  
4 não limitaria a própria normativa da CAPES, pois a autorização de “ou sem qualquer outra fonte de  
5 renda” vinha da normativa da CAPES. A **Sra. Presidente** disse que “outra fonte de renda” seria  
6 diferente de atividade remunerada. Aluguel, por exemplo, não era atividade remunerada. Achava  
7 que tinham que tirar o que tinham colocado. Substituir a “outra fonte de renda” por “atividade  
8 remunerada”. O **Sr. Matheus Alves Albino (IFCH)** disse que achava “atividades remuneradas”  
9 melhor, pois, no momento de assinar o contrato de concessão da bolsa, o aluno teria que declarar  
10 a renda. Achava que aquilo resolveria o problema. A **Sra. Presidente** concordou e disse que aquele  
11 era o termo que a própria CAPES utilizava: “... o acúmulo de bolsas de mestrado, doutorado e pós-  
12 doutorado concedido pela CAPES, com atividade remunerada ou outros rendimentos”. A normativa  
13 da PRPG só falaria de atividade remunerada. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera**  
14 **(IFCH)** sugeriu a incorporação de “alunas” no Art.1º, em que estava apenas “alunos sem bolsa”.  
15 Ficaria “alunos e alunas sem bolsa”. Sugeriu a incorporação de “alunas” no Art. 5 também. O  
16 conselheiro **Prof. Antonio Carlos Rodrigues Amorim (FE)** disse que tinham feito toda a análise  
17 baseada naquele conjunto de documentos do SAE, com relação a toda a renda da pessoa. Gostaria  
18 de entender se, ao colocar somente “atividade remunerada” e tirar “e os outros rendimentos”,  
19 poderiam incluir. A **Sra. Presidente** disse que a PPG poderia incluir. Deveriam escrever aquilo em  
20 uma normativa interna. O conselheiro **Prof. Antonio Carlos Rodrigues Amorim (FE)** agradeceu.  
21 A **Sra. Presidente** reforçou que a redação tinha ficado: “Os programas de pós poderão autorizar o  
22 acúmulo de Bolsas CAPES de mestrado e de doutorado com outros rendimentos, desde que no  
23 programa não haja discentes sem bolsas ou sem qualquer outra atividade remunerada”. No Art. 4  
24 finalizariam a frase com “acúmulo a cada 12 meses, no máximo”. O Art. 1 ficaria: “Os programas de  
25 pós-graduação poderão autorizar o acúmulo de Bolsas CAPES de mestrado e de doutorado com  
26 outros rendimentos, desde que, no programa não haja discentes sem bolsas ou sem qualquer outra  
27 atividade remunerada”. Disse que poderiam retirar o “sem qualquer”, ficando: “... desde que, no  
28 programa, não haja discentes sem bolsas ou qualquer outra atividade remunerada”. O **Sr. Matheus**  
29 **Alves Albino (IFCH)** disse que tudo aquilo caía no Art. 4º: “o programa vai definir o seu prazo para  
30 reavaliar”. A **Sra. Presidente** lembrou que a permissão de acúmulo passaria a valer, segundo a  
31 CAPES, no dia 1º de outubro. Disse que faria uma modificação. Em vez de “(...) ou sem qualquer  
32 outra atividade remunerada”, colocar “e sem atividade remunerada”. A redação ficaria: “Os  
33 programas de pós-graduação poderão autorizar o acúmulo de Bolsas CAPES de mestrado e de  
34 doutorado com outros rendimentos, desde que, no programa, não haja discentes sem bolsas e sem

1 atividade remunerada". O aluno não ganharia nada. Caso houvesse um aluno sem nada, um aluno  
2 que tivesse pedido o acúmulo não seria autorizado a acumular. Ele poderia acumular quando todos  
3 estivessem bem. Submeteu a proposta da Instrução Normativa à votação do Plenário, com as  
4 modificações no Art. 1º e no Art. 4º, que foi aprovada por unanimidade. Reforçou que passaria a  
5 valer a partir do dia 1º de outubro. Publicariam na página e mandariam para todos por e-mail. O  
6 conselheiro **Prof. Renato Barroso da Silva (FEF)** perguntou se o CNPq tinha aderido àquela  
7 Portaria. A **Sra. Presidente** disse que ainda não tinham respostas sobre aquela adesão. Passou  
8 ao Item 2. **ITEM 2. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO DOUTORADO ACADÊMICO NO PROGRAMA**  
9 **DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA**  
10 **LINGUAGEM (IEL)**. PROC. Nº 21-P- 11211/2015. IEL – Fls. 8 a 146. Deliberação CCPG Nº  
11 52/2023. A **Sra. Presidente** passou a palavra para a Profa. Márcia. A conselheira **Profa. Márcia**  
12 **Azevedo de Abreu (IEL)** disse que o mestrado em divulgação científica e cultural já era um  
13 programa antigo e interdisciplinar. Eles já tinham a nota máxima para o mestrado há algum tempo,  
14 que era 5. Então, eles estavam pleiteando o doutorado para que pudessem avançar, e porque havia  
15 poucos doutorados em divulgação científica e cultural no Brasil. Eles tinham uma demanda de  
16 alunos que queriam continuar na carreira acadêmica e não tinham onde fazer aquele trabalho.  
17 Parecia bastante louvável, e tinham aprovado no IEL. A **Sra. Presidente** disse que a pós-graduação  
18 tinha analisado, feito comentários e dado um retorno. Era uma proposta que estava indo para  
19 criação, e, certamente, tinha que passar pela CCPG. Colocou a proposta em votação, que foi  
20 aprovada por unanimidade. Parabenizou o IEL. Passando ao Expediente, informou que o item 1  
21 tinha sido a conversa com os colegas, e era a Univesp e passou a palavra para o Prof. Elias. O  
22 **Prof. Elias Basile Tambourgi** disse que o Edital de Facilitadores da Univesp iria fechar no dia  
23 seguinte, e, por isso, pediu que todos tivessem atenção. A PRPG somente analisava os  
24 documentos, mas era a Univesp quem fazia a seleção. Naquele ano, o GCUB tinha feito o edital em  
25 todos os continentes, e, por isso, a Unicamp tinha tido 453 estrangeiros inscritos para 14 bolsas que  
26 a universidade estava oferecendo. Parecia um número pequeno, mas era a média normal em todas  
27 as universidades. daquelas 14 bolsas, 8 eram da reitoria: 4 de mestrado, 4 de doutorado e 6 de  
28 programas. Então, tinham alunos dos Estados Unidos, México, América Latina como um todo,  
29 África, especialmente da Nigéria, Espanha, Turquia, países árabes, China etc. Os programas já  
30 tinham feito a primeira habilitação das pessoas que tinham se interessado em seus cursos, e, agora,  
31 haveria a terceira etapa, que era a seleção. Na seleção, um dos critérios observados era a  
32 ponderação entre masculino e feminino. Então, sempre esperavam 50% de cada. Nunca  
33 conseguiam exatamente 50%, mas 47% e 53%, sim. Era importante que os coordenadores, quando  
34 recebessem demandas do futuro, tivessem bolsas do programa e quisessem participar do GCUB,

1 que era uma espécie de internacionalização da universidade. No ano seguinte, a quantidade de  
2 candidatos seria maior ainda. O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)** disse que queria  
3 fazer um aparte em relação ao grupo Coimbra, das universidades com as quais a FCM,  
4 especialmente o seu programa, já tinha experiência há alguns anos. A sensação geral dos docentes  
5 que estavam participando daquela parceria era de que tinham pouca ingerência sobre a escolha e  
6 o processo seletivo. Relatou que vinham recebendo estudantes do Haiti, que não tinham a mínima  
7 condição técnica e linguística de seguir um programa de pós-graduação. Estavam em uma situação  
8 muito delicada, pois, sabiam que havia um problema social do país envolvido. Por isso, não queriam  
9 simplesmente mandar a pessoa de volta para casa. Estavam enfrentando seríssimos problemas,  
10 porque a informação que vinha no currículo sobre proficiência de língua não condizia com a  
11 realidade. Disse que tinham alunos que não falavam francês, português, espanhol ou inglês. Só  
12 falavam crioulo, e não conseguiam nenhum professor que pudesse dar um suporte institucional para  
13 eles. O **Prof. Elias Basile Tambourgi** disse que, até o passado, a OEA e a OPS estavam  
14 envolvidos. A OEA impunha ao GCUB alguns critérios, sendo um deles o IDH do país, do menor  
15 para o maior. Era Haiti, Nicarágua, Venezuela etc. Na nova seleção, esperava que o GCUB  
16 mudasse o critério, para evitar aquele tipo de problema. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite  
17 de Oliveira (IMECC)** disse que tinham alunos haitianos pela Unicamp. No IMECC, inclusive, tinham  
18 2. Eles poderiam tentar ajudar aqueles alunos que tinham chegado agora, pois se comunicavam  
19 bem. O **Prof. Elias Basile Tambourgi** disse que também havia alguns alunos haitianos na FCM. A  
20 **Sra. Presidente** disse que não sabia em relação aos alunos do GCUB, mas talvez a própria  
21 comunidade de alunos haitianos pudesse ajudar. O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti  
22 (FCM)** esclareceu que já vinham fazendo aquilo entre os alunos e os programas de pós-graduação  
23 no suporte social, mas o grande problema deles era a barreira linguística. Estavam pagando  
24 professores extra de português, porque o CEL não tinha conseguido dar suporte adequado para a  
25 quantidade de aulas necessárias, a fim de que aqueles alunos tivessem o mínimo de habilitação na  
26 língua. Estavam fazendo aquilo com gasto extra do programa, para poder dar conta daquela  
27 demanda que, realmente, era bastante importante e determinante no desempenho daqueles alunos  
28 no programa. O conselheiro **Prof. Antonio Carlos Rodrigues Amorim (FE)** disse que retomaria  
29 os comentários. Disse que tinham, na FE, uma estudante de Moçambique e outra de Angola, que  
30 haviam chegado pela seleção do ano anterior, provavelmente. Por isso, tinham feito uma quantidade  
31 imensa de solicitações. Pensava que deveriam organizar, institucionalmente, a acolhida, e uma  
32 recepção formalizada daqueles estudantes de doutorado, que, geralmente, eram profissionais de  
33 universidades. Isso porque, naqueles dois casos do ano anterior, não tinham tido dinheiro. O aluno  
34 tinha que ter uma renda e afirmar que tinha condição para sobreviver no Brasil. Além disso, eles

1 tinham que ter um conhecimento da dinâmica da pós-graduação, que era muito diferente. Como era  
2 um programa que a Unicamp estava indicando, sugeriu que, para o ano seguinte, fizessem algo  
3 mais institucional. A **Sra. Presidente** disse que já era institucional. Estava estranhando que os  
4 alunos dissessem que vinham para o Brasil sem nada, porque, no acordo da PRPG como GCUB,  
5 tinham bolsas, mas eram seleções e editais distintos. Exemplificou que, na Medicina, a seleção  
6 não era feita aqui, mas, eram as comissões de programas que tinham domínio sobre a seleção.  
7 Além disso, a reitoria dava bolsas para o GCUB com o valor das bolsas de mestrado e doutorado  
8 da CAPES, mas elas não eram muitas, tanto que estavam solicitando que, no orçamento do ano  
9 seguinte, aumentasse o número de bolsas que saiam da universidade. Os alunos não vinham com  
10 bolsa. O GCUB não pagava aquilo. O conselheiro **Prof. Antonio Carlos Rodrigues Amorim (FE)**  
11 disse que, para eles fazerem o deslocamento, precisavam de dinheiro. Não era esperado que  
12 chegassem sem dinheiro. A **Sra. Presidente** disse que não se esperava, mas acontecia. Aparecia  
13 pessoas na PRPG com a família inteira querendo voltar para o país. Eram casos que, de fato, eram  
14 pouco institucionalizados. Achava que aquela era uma reclamação que o professor fazia com razão.  
15 O **Prof. Elias Basile Tambourgi** disse que, até o ano retrasado, a OEA bancava um auxílio  
16 instalação. Tinham tido, até 2 anos atrás, 212 candidatos estrangeiros vindos para o Brasil.  
17 daquelas pessoas, 180 tinham recebido auxílio de 1200 dólares pela OEA. Disse que a OEA tinha  
18 saído do GCUB, e, por isso, estavam só com as bolsas, mas informou que tinha um departamento  
19 da DERI que tratava do GCUB também. A **Sra. Presidente** disse que precisava falar com a DERI  
20 sobre aquilo. O conselheiro **Prof. Orlando Luís Goulart Peres (IFGW)** disse que iria falar  
21 justamente da DERI, porque tinham recebido dois estudantes lá e eles não tinham sido acolhidos.  
22 Eles ficavam andando pelo instituto até achar alguém. Eles eram indígenas. Tinha achado aquilo  
23 muito triste e complicado. A **Sra. Presidente** disse que achava que valia uma conversa com a DERI.  
24 A boa notícia era que tinha sido aprovada a proposta de criação da nova diretoria do SAE na CAD,  
25 mas ainda iria para o CONSU. O SAE tinha virado uma diretoria e não era mais vinculado à PRG.  
26 Pelo menos aquilo tinha sido aprovado na CAD. Disse que tinham uma diretoria para todos os  
27 alunos, mas continuava na PRG e com uma política ainda incipiente para dar conta de tudo. Achava  
28 que, ali, teriam um lugar de onde aquele acolhimento teria que ser pensado. Além disso, teriam que  
29 falar com a DERI, para que ela fizesse, pelo menos, o apoio institucional da universidade. Não  
30 precisaria ser o diretor da unidade, mas que o apoio institucional aparecesse para os alunos que  
31 estavam chegando sem nada. Achava que aquela era a preocupação da PRPG. O conselheiro **Prof.**  
32 **Orlando Luís Goulart Peres (IFGW)** disse que o número de alunos poderia crescer se tivesse mais  
33 áreas. A **Sra. Presidente** concordou e disse que sempre ficavam preocupados com ampliação de  
34 vaga e internacionalização, por exemplo, e não colocavam muito aquelas questões. A **Sra. Elayne**

1 **Rohem Peçanha (IQ)** disse que, sobre a alocação de estrangeiros, tinha se lembrado do caso de  
2 um colega que tinha vindo do Peru, recentemente, e ainda não tinha conseguido locação fixa em  
3 Barão Geraldo, porque as acomodações não estavam o aceitando por ser estrangeiro. Não sabia  
4 como poderiam resolver aquilo, mas era uma questão preocupante, que poderia trazer um problema  
5 para os alunos que vinham de fora. A **Sra. Presidente** disse que aquele era o tipo de coisa que  
6 deveria ser institucionalizada pelo SAE, ou, pelo menos, gostariam que fosse. Disse que passaria  
7 para o assunto do PED. O **Sr. Elias Basile Tambourgi** disse que a mudança na Resolução PED,  
8 que tinha flexibilizado o número de vezes que o aluno poderia atuar, tinha sido aprovada pela  
9 Comissão de Graduação, e tinha acabado de receber a informação de que estava em análise na  
10 PG. Assim que estivesse aprovado, passaria para todos. Disse que já tinham pedido suplementação  
11 para o ano seguinte, ou seja, os novos valores de bolsas. O PED C passaria para 753 reais e o  
12 PED B para 1.254 reais, tendo em vista que a FAPESP tinha aumentado o valor da bolsa de  
13 mestrado. Os novos valores passariam a valer a partir de 2024. Disse que o Sr. Fernandy tinha dito  
14 que seria aberto um espaço no calendário para inserção de alunos de lista de espera, depois da  
15 matrícula dos estudantes retardatários da pós-graduação. Então, caso um programa que tinha  
16 recebido um novo aluno de mestrado ou doutorado e quisesse inseri-lo no PED, teria um espaço.  
17 A **Sra. Presidente** disse que tinham finalizado aquelas informações, mas faltava falar dos prazos.  
18 Relembrou os colegas de que, para quem fosse aplicar para o Edital PCI, de colaboração entre  
19 instituições (MINTER e DINTER), a CAPES tinha lançado um novo prazo para os programas que  
20 tinham aumentado a nota na última avaliação. Ela tinha separado o caso dos programas que se  
21 mantiveram a nota para apresentação de novas propostas de colaboração. O prazo para o primeiro  
22 edital era o dia 22 de setembro, e, para o segundo, dia 17 de novembro. A **Sra. Elayne Rohem**  
23 **Peçanha (IQ)** disse que gostaria de fazer uma inclusão no Expediente. Disse que era representante  
24 na FAEPEX e haveria uma reunião, na primeira quarta-feira do mês de outubro, na qual não poderia  
25 participar. Quando tinham aprovado os representantes das câmaras, não tinham colocado um  
26 suplente para o FAEPEX. Gostaria de saber se poderiam fazer a inclusão naquele momento. A **Sra.**  
27 **Presidente** disse que nem sabia se teriam que definir aquilo de maneira mais formal. A **Sra. Juliana**  
28 **Barandão (PRPG)** disse que teria que ser um item de pauta. Então, talvez, eles pudessem indicar  
29 o suplente para a reunião seguinte, pois tinha que ter uma organização da representação discente.  
30 A **Sra. Presidente** disse que ficaria sem para a reunião seguinte. A **Sra. Elayne Rohem Peçanha**  
31 **(IQ)** disse que eram duas reuniões por ano. A reunião seguinte já seria a última, e acreditava que  
32 seria antes da reunião da CCPG. A **Sra. Presidente** disse que não poderiam, infelizmente. O  
33 conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** disse que tinha recebido um pedido da Profa.  
34 Sílvia Mikami, que era a coordenadora do Programa de Arquitetura, Tecnologia e Cidade, em



1 relação ao SAPPE, que também era uma preocupação sua. Achava que todos sabiam das questões  
2 que envolviam a saúde mental dos alunos de pós-graduação, que acabava sendo até pior do que  
3 para os alunos de graduação, visto que eles tinham pelo menos uma turma de convívio. Por vários  
4 anos, tinham tido o apoio do SAPPE, por exemplo, para fazer rodas de conversa. Estavam sentindo,  
5 principalmente no programa de ATC, que estavam tendo mais problemas em relação à saúde  
6 mental, como desistência de matrícula e alunos que desistiam de frequentar às aulas. Estavam  
7 insistindo com o SAPPE para retomarem aquele tipo de ação, e eles tinham informado que estavam  
8 com o quadro reduzido e com dificuldade para atender toda a demanda discente da Unicamp. Por  
9 isso, eles não conseguiam mais fazer aquele atendimento preventivo, como no passado. A Profa.  
10 Sílvia tinha dito que a universidade precisava tomar alguma atitude, antes que ocorressem danos  
11 irreparáveis, no sentido da vida ou da saúde dos estudantes. Era aquilo que gostaria de trazer, a  
12 pedido dela. A **Sra. Presidente** agradeceu e disse que aquela preocupação deveria ficar registrada.  
13 Suspeitava, com alguma dose de objetividade, que a própria mudança do SAE iria melhorar o  
14 serviço a partir dali. Talvez demorasse um pouco, porque aquilo envolvia pessoas e serviços, mas  
15 a ideia era exatamente o fato de que acúmulo de demandas tinha imposto que houvesse outra  
16 organização na estrutura da universidade, a fim de dar conta daquelas questões. O conselheiro  
17 **Prof. Orlando Luís Goulart Peres (IFGW)** disse que o CNPq tinha feito editais de bolsas para  
18 pesquisadores. Quando tinha tentado implementar, o valor da bolsa era o antigo. Então, significava  
19 que a concessão não seria por 48 meses, mas por 34. Achava aquilo muito complicado, pois ficava  
20 uma pressão para o programa de pós-graduação tentar resolver aquilo. A **Sra. Presidente** disse  
21 que não sabia aquilo. Era a primeira vez que via aquela notícia. Talvez o edital tivesse sido aberto  
22 com o cálculo da bolsa antiga, e, no meio do caminho, tinham aumentado o valor da bolsa, mas não  
23 o recurso do CNPq. Não sabia se aquilo tinha solução, mas a história indicava que não. O  
24 conselheiro **Prof. Antonio Carlos Rodrigues Amorim (FE)** disse que também tinha um pedido.  
25 Disse que vinham utilizando uma plataforma, que tinha sido proposta pela PRPG e gerida por um  
26 órgão de sistemas de dados da Unicamp, relativos à produção de egressos e egressas. Ali,  
27 puxavam-se e organizavam-se vários dados do Currículo Lattes, de forma que pudesse pegá-los,  
28 copiar, colar e organizar para a Plataforma Sucupira. Gostaria de saber com quem poderia  
29 conversar para aprimorar aquele sistema, pois ele migrava, por exemplo, a produção bibliográfica,  
30 mas, com relação a artigo, não dizia quais eram os dados de ISSN da revista. Com relação à  
31 capítulo de livro, indicava o capítulo, mas não falava qual era o livro principal. Então, por um lado,  
32 conseguiam avançar 50%, mas os outros 50% tinham que ser feitos à mão. Como era um sistema  
33 que se comunicava com o Lattes, achava que deveria ser feita apenas mais uma coordenada ali. A  
34 **Sra. Presidente** disse que tinha que quem coordenava era o pessoal do EDAT, mas talvez fosse o

1 caso de conversar com o Prof. Ricardo, da ABI, que era o coordenador da parte de TI e professor  
2 da computação. O conselheiro **Prof. Antonio Carlos Rodrigues Amorim (FE)** perguntou se  
3 poderia falar com ele diretamente. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente. O **Sr. Matheus**  
4 **Alves Albino (IFCH)** disse que gostaria de colocar um último ponto, que poderia ser indicado na  
5 pauta de uma próxima reunião. Tinham tido a aprovação das cotas na pós-graduação, o que era  
6 um passo muito importante. Dentro da resolução, além das recomendações aos programas, tinham  
7 colocado uma avaliação periódica da PRPG. Disse que deveriam aprofundar a discussão, na  
8 reunião seguinte, da constituição de um grupo para avaliar a adesão da política da ação afirmativa.  
9 A **Sra. Presidente** disse que existia, atualmente, no âmbito da pós-graduação, um núcleo de apoio  
10 a acompanhamentos e implementação daquela política. A ideia era que aquele núcleo não apenas  
11 acompanhasse ou apoiasse a implementação de cursos que ainda não tinham aquela política de  
12 ação afirmativa implementada, mas também fizessem a avaliação periódica dos efeitos e do  
13 desempenho da política. Assim, poderiam aprimorá-la, ou, no mínimo, teriam a estatística de seu  
14 desempenho. Aquilo já tinha sido pensado e estava na deliberação que tinha sido aprovada. O **Sr.**  
15 **Matheus Alves Albino (IFCH)** disse que queria só pedir, também, a possibilidade de indicação de  
16 um representante discente ou da CCPG, pois achava que seria interessante ajudarem no  
17 acompanhamento. A **Sra. Presidente** disse que levariam aquilo para a reunião, à tarde. Agradeceu.  
18 O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** disse que tinha conversado com o  
19 Sr. Fernandy sobre a questão do catálogo. Não sabia que, quando publicavam o catálogo, os  
20 professores não apareciam. Tinha conversado com o Sr. Fernandy para tentar melhorar o processo.  
21 Sabia que estava no Regulamento Geral que precisavam ter os docentes credenciados, no  
22 catálogo, mas questionou se não poderiam tentar mudar aquilo, pois o catálogo era fixo. A **Sra.**  
23 **Presidente** disse que era uma sugestão, que teriam que levar para os programas e coordenações  
24 de unidades. Disse que finalizaria a CCPG falando dos premiados do Prêmio CAPES, que tinham  
25 sido contemplados com o prêmio de melhor tese: Física - Sérgio Luiz Nove Junior, orientado pelo  
26 Prof. Rickson Coelho Mesquita; Ciência de Alimentos - Maria Isabel Landim Neves, orientada pela  
27 Profa. Maria Ângela Meirelles; Ciência Política e Relações Internacionais – Davi Suzi Jr, aluno da  
28 UNESP, orientado pelo Prof. Eric Pierre; Engenharia Elétrica – Andreis Argello, orientado pelo Prof.  
29 Valmir de Freitas Filho; Geociências – Marcos Vinicius Teodoro Soares, orientado pelo Prof. Jorge  
30 Bascillitti; Engenharia Mecânica – Sara Alexandra Valencia, orientada pelo Prof. Arnaldo Cesar  
31 Walter e Medicina – Maria Julia Mielli, orientada pelo Prof. José Guilherme Cecatti. As menções  
32 honrosas eram: Antropologia Social - Carlos Eduardo Machado, orientado pela Profa. Nashieli  
33 Cecilia Rangel Loera; Ciência Política - Marco Antonio Faganello, orientado pela Profa. Rachel  
34 Meneguello; Ciência Econômica - Lilian Rolim, orientada pela Profa. Carolina Balthar; Matemática -

- 1 Matheus Starpenhort, orientado pelo Prof. Marcelo da Silva Montenegro; Ciências da Nutrição e do
- 2 Esporte - Mariana Correia de Souza, orientada pelo Prof. Mauricio Oriel; Estomatologia - Ana Luíza
- 3 Damasceno Araujo, orientada pelo Prof. Alan Roger dos Santos Silva. Parabenizou a todos e disse
- 4 que tinha sido uma bela edição, porque eram 13 premiações na universidade. Não sabiam quem
- 5 ganharia o grande prêmio, mas ficava feliz que continuassem mantendo o sucesso da Unicamp.
- 6 Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

NOTA: A presente Ata foi aprovada na **410ª**  
**Reunião Ordinária da CCPG**, realizada em 08 de  
novembro de 2023.